

SEDE MISERICOR- DIOSOS

CARTA PASTORAL AOS DIOCESANOS DE VIANA
DO CASTELO PARA A VIVÊNCIA DO
ANO SANTO DA MISERICÓRDIA E DO SEGUNDO
ANO DO PROJECTO PASTORAL TRIENAL SOBRE
“A FAMÍLIA — COMUNIDADE DE VIDA E DE AMOR”

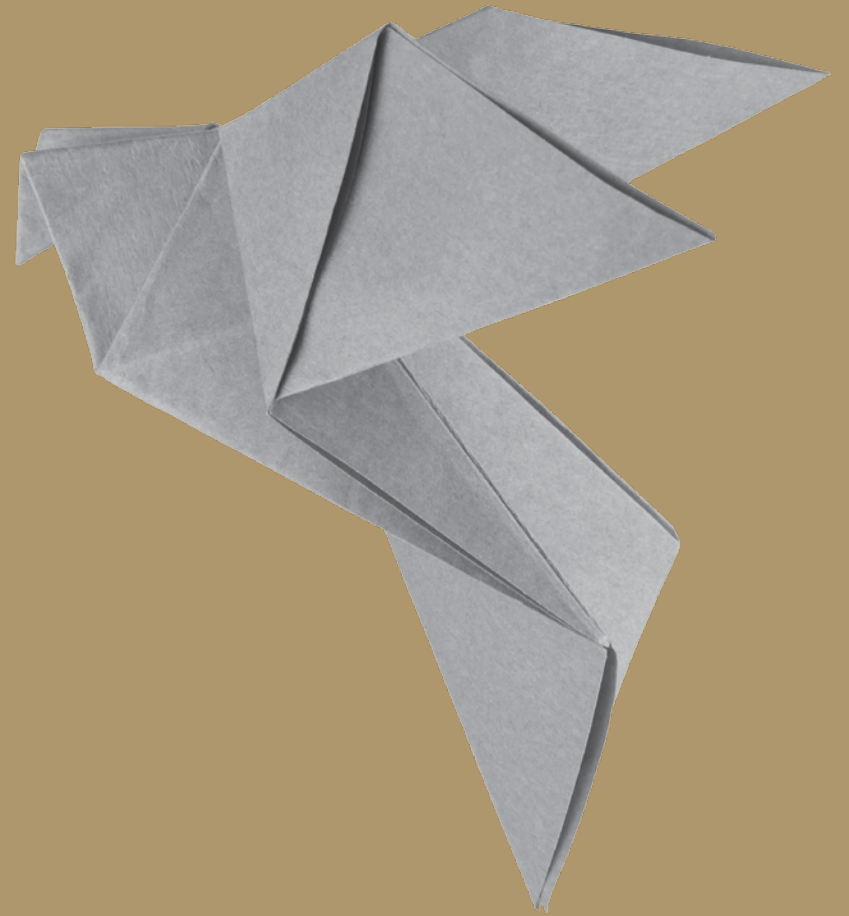


ANACLETO OLIVEIRA

BISPO DE VIANA DO CASTELO



Diocese
Viana do Castelo



CARTA PASTORAL AOS DIOCESANOS DE VIANA
DO CASTELO PARA A VIVÊNCIA DO
ANO SANTO DA MISERICÓRDIA E DO SEGUNDO
ANO DO PROJECTO PASTORAL TRIENAL SOBRE
“A FAMÍLIA — COMUNIDADE DE VIDA E DE AMOR”



Diocese
Viana
do Castelo

SEDE MISERICOR- DIOSOS



ANACLETO OLIVEIRA
BISPO DE VIANA DO CASTELO



500

ANOS 1514/2014
NASCIMENTO
BEATO BARTOLOMEU
DOS MÁRTIRES



Diocese
Viana do Castelo

EDIÇÃO

Título: Sede Misericordiosos
Autor: Anacleto Oliveira
Editor: Diocese de Viana do Castelo
Ano: 2015 / 1ª edição
Tiragem: 2 000 exemplares
Design: Afonso Designers, Lda
Impressão: Gráfica Visão
Depósito Legal: 398271/15
ISBN: 978-989-97503-2-6

CONTACTOS

Paço Episcopal
Av. Paulo VI, 735 — Darque
4935-058 VIANA DO CASTELO
www.diocesedeviana.pt

ÍNDICE

INTRODUÇÃO • P 7

UM ANO DE MISERICÓRDIA

PRIMEIRA PARTE • P 13

MISERICÓRDIA: A PALAVRA QUE REVELA O MISTÉRIO DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Um Deus por natureza misericordioso	13
Um Deus que, por misericórdia, está connosco	15
Jesus, o rosto da misericórdia de Deus	17
Bendito seja Deus pela sua eterna misericórdia	21

SEGUNDA PARTE • P 25

MISERICÓRDIA: O ACTO SUPREMO PELO QUAL DEUS VEM AO NOSSO ENCONTRO

A misericórdia do mistério pascal	25
A cura integral da misericórdia de Deus	28
A misericórdia do sacramento da Penitência.....	32
A misericórdia do sacramento da Unção dos Enfermos	38

TERCEIRA PARTE • P 45

MISERICÓRDIA: A LEI FUNDAMENTAL QUE MORA NO CORAÇÃO DA PESSOA

A misericórdia que nos leva a perdoar	46
A misericórdia que nos leva a corrigir	50
A misericórdia que nos leva a honrar os idosos.....	54
A misericórdia que nos leva a aproximar-nos dos doentes	59

QUARTA PARTE • P 65

MISERICÓRDIA: O CAMINHO QUE NOS ABRE À ESPERANÇA DE SERMOS AMADOS PARA SEMPRE

A misericórdia que nos há-de julgar.....	66
A misericórdia que é indulgente para connosco	68

CONCLUSÃO • P 73

A PORTA DA MISERICÓRDIA

UM ANO DE MISERICÓRDIA

01 Fez 425 anos, a 16 de Julho 2015, que faleceu o Beato Bartolomeu dos Mártires. Dois dias depois, na celebração litúrgica da sua memória, encerrámos o ano jubilar em que, na nossa Diocese, comemorámos os 500 anos do seu nascimento.

Foi um ano abençoado: com iniciativas de carácter formativo e celebrativo, religioso e profano, científico e cultural; com o envolvimento de autoridades e instituições da Igreja e da sociedade civil; com a participação de sacerdotes, religiosos e cristãos leigos, de crianças, jovens e adultos, de crentes e até não-crentes; com incidências na vida das pessoas e das comunidades paroquiais e religiosas, dos movimentos e organismos eclesiais, na Diocese e muito para além dela.

Os objectivos eram, genericamente, os mesmos para todos: conhecer e dar a conhecer a vida e obra do Beato Bartolomeu dos Mártires, sobretudo no muito que ele ainda tem para dizer à Igreja e à sociedade dos nossos dias; promover a sua veneração, para que o Senhor, por sua intercessão, reavive em cada cristão e na Igreja o mesmo ardor e a mesma luz que, segundo o seu lema episcopal, o moveram no corajoso testemunho que deu do Evangelho; pedir a Deus a graça da sua canonização, na convicção do bem que isso pode ser para toda a Igreja.

Dos resultados só Deus sabe plenamente. Só Ele conhece o que verdadeiramente vai no íntimo e na vida de cada pessoa. Mas uma

coisa sabemos: é que Ele, *pelo poder que exerce em nós, é capaz de fazer mais, imensamente mais do que possamos pedir ou imaginar* (Ef 3, 20). Mais no presente e mais no futuro. Mais em cada um de nós e mais nos outros. E imensamente mais, se a Ele nos confiarmos, para que continue a exercer o seu poder e a irradiar a sua graça através de nós, como fez com o Beato Bartolomeu dos Mártires.

02 Foi também com a bênção dele que, durante a celebração jubilar e em comunhão com a Igreja universal empenhada nos sínodos sobre a família, iniciámos um projecto pastoral trienal sobre “A Família — Comunidade de Vida e de Amor”.

No primeiro ano (2014–2015), e em ligação com o nascimento do “Arcebispo Santo”, detivemo-nos na fase da nossa inserção na vida familiar desde a gestação até ao fim do crescimento. Adoptámos como lema: *Os filhos são uma bênção do Senhor* (Sl 126/127, 3) — bênção para a família, a sociedade e a Igreja, que deles e para eles vivem; uma bênção em que o Senhor conta com a Igreja, para lhes transmitir as suas graças (pelos sacramentos da Iniciação Cristã) e os formar e orientar pelos seus caminhos (especialmente pela catequese).

Sobre isso apresentei, na Carta Pastoral que então publiquei, uma série de propostas práticas. Sem dúvida que é preciso tempo para as implementarmos. Mas é preciso, também e acima de tudo, um empenho pastoral arrojado e criativo, sobretudo da parte dos mais responsáveis pelas comunidades, movimentos e organismos, a nível diocesano e paroquial. Sejam verdadeiros colaboradores das bênçãos do Senhor.

03 Neste segundo ano (2015–2016), e conforme o que foi projectado, dedicar-nos-emos aos membros mais frágeis da família: frágeis pela doença e a idade avançada; e frágeis pelo pecado; e ainda mais frágeis, se marginalizados e desprezados.

Também para isto nos inspiramos no Beato Bartolomeu dos Mártires. Faleceu há 425 anos, depois dos últimos oito vividos entre nós (no actual convento de São Domingos) e durante os quais, enquanto as forças lho permitiram, continuou a entregar-se incansavelmente aos mais débeis. Pode dizer-se que viveu a sua fragilidade humana, até à exaustão, ao serviço dos mais frágeis, de todo o género, que a ele constantemente acorriam. Guiava-se, quem sabe, pelas palavras do Apóstolo Paulo: *Com os fracos tornei-me fraco, a fim de ganhar os fracos* (1 Cor 9, 22); mas, *quando sou fraco, então é que sou forte* (2 Cor 12,10) — no amor que se manifesta pela misericórdia.

04 É um tema que, como já se pode ver, nos integra simultaneamente na celebração do **Jubileu Extraordinário da Misericórdia**, que o Papa Francisco entretanto proclamou para toda a Igreja e que decorrerá entre 08 de Dezembro de 2015 e 20 de Novembro de 2016.

Será, segundo o seu desejo, um tempo “em que somos chamados, de maneira mais intensa, a fixar o olhar na misericórdia, para nos tornarmos nós mesmos sinal eficaz do agir do Pai.” É que, continua o Sumo Pontífice, “para sermos capazes de misericórdia, devemos primeiro pôr-nos à escuta da Palavra de Deus. (...) Deste modo, é possível contemplar a misericórdia de Deus e assumi-la como próprio estilo de vida.”¹

Esta dupla vertente da misericórdia, divina e humana, exprime-se, antes de mais, no lema escolhido pelo Papa: **Misericordiosos como o Pai**. Baseia-se no apelo do próprio Jesus: *Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso* (Lc 6, 36). Na nossa Diocese, e para nos mantermos unidos a toda a Igreja, adoptamos como lema as palavras iniciais: **Sede Misericordiosos**. Insistimos na acção, porque é esse o objectivo da contemplação. A misericórdia ou se pratica ou não existe. Por outro lado, é impossível agirmos como o nosso Deus, sem primeiro nos fixarmos naquilo que Ele faz por nós e quer de nós.

1. Em: *O Rosto da Misericórdia*. Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia, n. 3 e 13.

Daí que as páginas que se seguem sejam dedicadas predominantemente à contemplação. Em quatro partes, fixaremos o olhar sucessivamente na vertente divina e humana da misericórdia, e tal qual o Papa a apresenta:

- Como “a palavra que revela o mistério a Santíssima Trindade;”
- Como “o acto último e supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro;”
- Como “a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que encontra no caminho;”
- Como “o caminho que une Deus e o homem, porque abre o coração à esperança de sermos amados para sempre, apesar da limitação do nosso pecado.”²

Para esta contemplação, o Santo Padre convida-nos ainda ao silêncio,³ interior e, se possível, exterior. O que pressupõe uma leitura sem pressas e repetida. Aproveitemos para isso principalmente os tempos litúrgicos mais intensos do Advento e da Quaresma, como tempos especiais de misericórdia, a receber e a praticar.



2. *Ibidem*, n. 2.

3. *Ibidem*, n. 13.

MISERICÓRDIA: A PALAVRA QUE REVELA O MISTÉRIO DA SANTÍSSIMA TRINDADE

UM DEUS POR NATUREZA MISERICORDIOSO

05 Diz-nos S. Agostinho que “onde existe amor, existe trindade: um que ama, um que é amado e uma fonte de amor”.⁴ Apoia-se, para isso, na repetida afirmação de S. João: *Deus é Amor* (1 Jo 4, 8.16). Isto é, “a própria essência de Deus é Amor. Ao enviar, na plenitude dos tempos, o seu Filho único e o Espírito de Amor, Deus revela o seu segredo mais íntimo: Ele próprio é eterna permuta de amor: Pai, Filho e Espírito Santo; e destinou-nos a tomar parte nessa permuta de comunhão”⁵ — de modo especial pela misericórdia. Em que sentido?

4. Citação de Youcat. *Catecismo Jovem da Igreja Católica*, p. 34.

5. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 221.

“Tal amor — escreveu S. João Paulo II — torna-se notório especialmente no contacto com o sofrimento, a injustiça, a pobreza, no contacto com a «condição humana» histórica, que de vários modos manifesta as limitações e a fragilidade, tanto físicas como morais, do homem. Precisamente o modo e o âmbito em que se manifesta o amor são chamados na linguagem bíblica «misericórdia».”⁶

E se o amor faz parte da essência de Deus, também se pode dizer, com S. Tomás de Aquino, que “é próprio de Deus usar de misericórdia e é, sobretudo nisto, que se manifesta a sua onnipotência.”⁷

06 A própria terminologia o exprime, sobretudo aquela em que entram órgãos vitais. É o caso de “misericórdia”: remete-nos para o “coração” (*cor*, em latim), visto como a parte mais íntima do nosso ser, berço dos sentimentos, das emoções, do afecto, da coragem, do amor; e, na concepção bíblica, sede também das faculdades intelectuais e volitivas. É tudo isso, todo esse centro vital, que sofre e reage perante a “miséria” dos outros. “Que é a misericórdia — pergunta S. Agostinho — senão uma compaixão do nosso coração perante a miséria de outro, que nos leva a socorrê-lo, se pudermos?”⁸

O grego bíblico, nomeadamente do Novo Testamento, vai mais longe, ao alargar a sede dessa compaixão a todas as “entranhas”. Assim acontece no Benedictus de Zacarias: *Graças às entranhas de misericórdia do nosso Deus* é que Ele nos salva, pela remissão dos pecados (Lc 1, 78). E S. Paulo exorta-nos, *como eleitos de Deus, santos e amados*, a revestir-nos igualmente *de entranhas de misericórdia* (Col 3, 12). Daí o comentário do Papa Francisco: “É verdadeiramente caso para dizer que se trata de um amor «visceral». Provém do íntimo como um sentimento profundo, natural, feito de ternura e compaixão, de indulgência e perdão.”⁹

6. Em: *Rico em Misericórdia*, n. 3.

7. Citação do Papa Francisco em: *A Alegria do Evangelho*, n. 37, e *O Rosto da Misericórdia*, n. 6.

8. Em: *De Civitate Dei*, IX, 5.

9. Em: *O Rosto da Misericórdia*, n. 6.

Finalmente, o hebraico do Antigo Testamento usa um termo, entre outros, que nos leva ainda mais fundo: ao útero materno (*rekhem*), onde a nossa vida humana se inicia, numa união única e insubstituível com a mãe de quem vivemos como parte integrante do seu ser. Lamentava-se o povo de Israel, no exílio, de ter sido abandonado e esquecido pelo seu Deus. E o Senhor responde: *Pode uma mulher esquecer-se da criança que amamenta e não ter carinho pelo fruto das suas entranhas? Mas ainda que ela se esquecesse, eu nunca te esquecerei* (Is 49, 15). O que numa mãe é impensável, é-o absolutamente mais em Deus: é impensável sem nós, sem o amor entranhado, constitutivo do seu ser divino, o imensurável amor que tem por nós.

Vejamos algumas das manifestações mais significativas desse amor misericordioso do nosso Deus.

UM DEUS QUE, POR MISERICÓRDIA, ESTÁ CONNOSCO

07 Na primeira dessas manifestações somos conduzidos, através de **Ex 3, 1-15**, ao acontecimento fundador do povo de Deus. Primeiro para nos apercebermos da miséria em que, no Egipto, os antepassados tinham caído. Escravizados pelos egípcios com trabalhos forçados e o extermínio dos seus primogénitos, corriam sério perigo de desaparecer. Escapou um deles, Moisés, que até tentou defender os seus concidadãos, mas em vão. Perseguido, teve de refugiar-se no estrangeiro.

Mas foi aí que se iniciou a mudança. Quando apascentava o rebanho junto do monte Sinai (ou Horeb), Moisés depara-se com uma sarça que arde sem se consumir. O fogo, pela luz e o calor imprescindíveis para a vida, era visto então como símbolo do divino. E de facto é daquela sarça inextinguível que Deus fala a Moisés. Apresenta-se como o Deus dos antepassados, Abraão, Isaac e Jacob, e acrescenta: *Eu vi a situação miserável do meu povo no Egipto; escutei o seu clamor provocado pelos opressores. Conheço pois as suas angústias. Desci para o libertar das mãos dos egípcios e o levar deste país para uma terra boa*

e espaçosa (vv. 7-8). Um Deus que vê, escuta, conhece e desce para junto dos seus! É este o nosso Deus: vivo e fonte de vida.

E é assim que, na mesma aparição, continua a revelar-se. Primeiro, com a promessa a Moisés, incapaz da tarefa a que Ele o chama: *Eu estarei contigo* (v. 12). Depois pelo nome com que se identifica: *Eu sou aquele que sou* (v. 14). É um nome em que Ele, de acordo com os vários significados do correspondente verbo hebraico (existir, ser e estar), se revela simultaneamente como um Deus vivo: Ele “existe” realmente, e existe para nos dar vida, a vida que só Ele tem em plenitude; um Deus transcendente, misterioso, santo: quem Ele “é” realmente, criatura alguma jamais o pode saber plenamente; mas é também um Deus próximo, que “está” e vive com os seus: mostra-o na história posterior, em que continua a intervir, de um modo por vezes inesperado, surpreendente.

08 Assim acontece em **Os 11, 1-11**, um poema em que Deus começa por expor quanto bem fez pelo seu povo, desde que, no Egito, o encontrou como uma criança abandonada, perdida. Sentiu tal afeição por ela que a adoptou como filho e assim o conduziu para fora (v. 1). Ensinava-o entretanto a andar, tomando-o nos braços, se caía ou se cansava (v. 3). Para se não perder, segurava-o com laços humanos (diferentes dos que amarram animais), de amor ou então pegava-o ao colo. E inclinava-se para ele, quando o alimentava (v. 4). Deus como um pai! Mas com gestos, ainda hoje, mais habituais numa mãe.

E como reagia o filho tão amado? — Afastando-se: trocava o seu Deus, o único de quem recebia a vida, por ídolos inanimados, vazios, prestando-lhes um culto que, de modo algum, mereciam (v. 2).

Que fazer então perante tal ingratidão? Eis a sentença divina: *Efraim voltará para o Egito, a Assíria será o seu rei* (v. 5). Efraim representa as restantes tribos; a Assíria era, ao tempo de Oseias, a potência que, pelas armas, a destruição, se apoderava de nação atrás de nação (v. 6). Não podia ser outro o destino de Israel. Além de abandonar o seu Deus, está incorrigivelmente preso a essa apostasia, incapaz de se levantar (v. 7).

Mas não: Deus vê-se «obrigado» a rever a sentença. E confessa-o, repreendendo-se a si próprio: *Como poderei abandonar-te, Efraim? Como poderei entregar-te, Israel?* (v. 8). O seu coração agita-se numa luta dramática entre a ira, justificada pela injustiça da traição, e a compaixão, que acaba por triunfar. Porquê? — *Porque sou Deus e não homem, sou um santo no meio de ti e não me deixo levar pela ira* (v. 9). Um Deus santo, transcendente, mas no meio dos seus — «forçado» pela sua «incorrigível» misericórdia! Razão tem S. Agostinho: “É mais fácil que Deus contenha a ira do que a misericórdia.”¹⁰ Por isso termina com a promessa de que fará regressar o seu povo do cativeiro da Assíria, rápida e seguramente, como pombas (v. 10-11).

JESUS, O ROSTO DA MISERICÓRDIA DE DEUS

09 Foi em Jesus de Nazaré que a misericórdia divina “atingiu o seu clímax.”¹¹ Detenhamo-nos em dois exemplos, ambos descritos por S. Lucas, cujo Evangelho é conhecido pelo “Evangelho da Misericórdia”.

No primeiro — **Lc 7, 11-17** — acompanhamos Jesus, *com os seus discípulos e uma grande multidão*, a caminho de uma povoação chamada Naim (v. 11). Ao aproximar-se, depara-se com outra multidão, mas em sentido oposto: a acompanhar uma mulher, cujo filho era levado a sepultar — *um jovem, filho único de sua mãe, que era viúva* (v. 12). Uma mulher «órfã» de marido e do único filho! E isto numa sociedade cuja vida dependia quase exclusivamente do factor masculino!

Por isso é com redobrada expectativa que seguimos a reacção de Jesus (v. 13-15), a quem S. Lucas, pela primeira vez no seu Evangelho, chama *Senhor*, um título tradicionalmente atribuído a Deus. Foi nessa condição que Ele olhou para a mulher, desfeita em lágrimas, e *se encheu de compaixão* — à letra, *se lhe comoveram as entranhas*. Pedes-lhe para não chorar e toca na urna, sem receio de com isso incorrer

10. Citação do Papa Francisco em: *O Rosto da Misericórdia*, n. 21

11. *Ibidem*, n. 1.

em impureza. O féretro detém-se, e Ele diz ao defunto: *Jovem, eu te ordeno: levanta-te*. Ele sentou-se e começou a falar. E Jesus deu-o a sua mãe. Imaginem-se os sentimentos que a assaltaram.

A nós não será difícil associar-nos às testemunhas de então: *Encheram-se de temor* (a reacção habitual perante o sagrado) *e davam glória a Deus, dizendo: «Apareceu no meio de nós um grande profeta; Deus visitou o seu povo»* (v. 16).

Já Zacarias, pai de João Baptista, tinha anunciado o mesmo, bendizendo também ele o *Senhor Deus de Israel, que visitou e redimiu o seu povo* (), *para mostrar a sua misericórdia* (Lc 1, 65.72). E Jesus apresentara-se na sinagoga de Nazaré com o programa dessa visita misericordiosa, traçado pelo próprio Deus no livro de Isaías: *O Espírito do Senhor está sobre mim, porque Ele me ungiu para anunciar a boa nova aos pobres. Enviou-me a proclamar a redenção aos cativos e a visita aos cegos, a restituir a liberdade aos oprimidos, a proclamar o ano de graça do Senhor* (Lc 4, 18-19). Foi esta palavra da Escritura que Jesus cumpriu também com o jovem de Naim e sua mãe.

10 Mas entre os oprimidos estavam também os publicanos e pecadores. No seu caso, uma opressão no campo ético, religioso e social. Separados de Deus pelo pecado, eram excluídos pelas autoridades religiosas judaicas também do convívio com o povo, enquanto se não emendassem e voltassem para Deus. Daí a murmuração de fariseus e escribas contra Jesus, referida em Lc 15, 1-2: não só acolhia os pecadores, mas até comia com eles, numa especial intimidade, para a qual se exigia a purificação prévia.

Jesus responde com três parábolas, a última das quais — **Lc 15, 11-32** — é conhecida pela do “Filho Pródigo” ou, como preferem alguns baseando-se na figura central, do “Pai Misericordioso”. É para a sua provocadora atitude em relação aos dois filhos que Jesus pretende conquistar-nos, quer nos identifiquemos com o filho mais novo quer com o mais velho, com os pecadores ou os justos.

Em relação ao mais novo, seguimos primeiramente o seu progressivo afastamento da casa paterna (v. 11-16): pega nos bens que,

por direito, lhe cabem em herança e o pai reparte com ele, emigra com eles para o estrangeiro e aí os gasta totalmente, perdendo assim qualquer direito perante o pai. A situação entretanto agrava-se com uma carestia que se abate sobre a região. Para sobreviver, é obrigado a aceitar o trabalho que lhe aparece, o de guardar porcos, sem contudo poder alimentar-se, nem sequer das alfarrobas que eles comem. É a privação total: da dignidade religiosa, já que o porco era um animal impuro para os judeus; e privação do mais elementar para a dignidade humana, como a alimentação corporal e o convívio interpessoal. Uma degradação de causar dó, independentemente de culpas que tenha havido. Perante situações como esta, o mais normal, até humanamente, é cada um de nós se colocar no lugar de quem sofre: E se fosse eu? Ou alguém dos meus?

Por isso é com certo alívio que vemos o jovem a não se resignar, a cair em si e a dizer: *Quantos assalariados de meu pai têm pão em abundância, e eu aqui a morrer de fome! Vou-me embora, vou ter com meu pai e dizer-lhe: «Pai, pequei contra o Céu e contra ti. Já não mereço ser chamado teu filho, mas trata-me como um dos teus assalariados»* (v. 17-19). Um assalariado de então estava pior que um escravo: só ganhava quando tivesse trabalho. E para aquele jovem, até ser admitido como assalariado seria um favor. Tinha rompido com o pai e com Deus, autor e garante do direito e da justiça. Está arrependido, mas, para já, somente por causa da miséria em que se vê. Será que o pai o vai atender? Sem mais?...

A surpresa é total (v. 22-24). Mal o pai descobre o filho ao longe, comovem-se-lhe as entranhas (de compaixão) e corre para ele, uma atitude indigna da sua autoridade e (talvez) idade; abraça-o, em vez de o humilhar, obrigando-o a prostrar-se; e beija-o intensamente, deixando-se contaminar pela impureza do filho. Este ainda confessa o seu pecado, mas já não pede para ser recebido. Já está e continua a sê-lo, e com gestos absolutamente imerecidos: por ordem do pai, é vestido com a melhor túnica, própria da dignidade filial; recebe o anel cujo selo é expressivo de poder e autoridade; calça as sandálias, distintivas de um homem livre; e é-lhe preparado um banquete, com

um vitelo engordado para ocasiões especiais. Tão intensa é a alegria pela comunhão familiar restabelecida — a alegria de um pai, como o próprio diz, cujo *filho estava morto e voltou à vida, estava perdido e foi reencontrado* (v. 24)! Morto e vivo, porque sem ou com o pai. A afirmação vai ser repetida no final do encontro que se segue com o filho mais velho (v. 25–32).

De regresso do trabalho e informado do que se passa, fica zangado e nega-se a entrar na festa, justificando-se perante o pai, que entretanto tinha saído ao seu encontro, com a injustiça que, a seus olhos, está a cometer: a ele, que sempre lhe foi fiel, nem sequer um cabrito deu, para partilhar com os amigos; e ao irmão — *a esse teu filho*, como ele diz com desdém — que tudo desbaratou numa vida devassa, banqueteia-o agora com o melhor vitelo. Não, isto não é justo.

Será então que a justiça é inconciliável com a misericórdia? Para um verdadeiro pai não: a medida da sua justiça, não é (só) o mérito do filho, mas a sua necessidade. Se está morto e perdido, tem de dar-lhe mais: *Tínhamos de fazer uma festa e alegrar-nos*, diz o pai. A isso o “obriga” o amor de pai, para quem o filho, a sua razão de viver, está acima de tudo. Se não estivesse, seria injusto para consigo próprio, infiel à sua condição paternal. O seu amor, no dizer de S. João Paulo II, “brota da própria essência da paternidade.”¹²

É este amor que Jesus transmite ao vivo: o amor do Pai celeste, *que é bom até para os ingratos e os maus* (Lc 6, 35) e não quer *a morte do pecador, mas antes que se converta e viva* (Ez 33, 11). É um amor que rejeita o pecado, porque mata, mas acolhe o pecador, para que volte à vida. *Ninguém te condenou?* — Perguntou Jesus à mulher adúltera, condenada à lapidação. *Nem eu te condeno. Vai e não tornes a pecar* (Jo 8, 10.11).

É um amor tão incondicional que se adianta à conversão ou, pelo menos, a completa na sua motivação profunda. Foi assim com o filho pródigo que decidiu regressar à casa paterna, mas levado pelo instinto

de sobrevivência. E depois do inesperado acolhimento? Não terá ele voltado à vida dissoluta, no engodo de mais um banquete? Do publicano Zaqueu sabemos que foi a imerecida e criticada presença de Jesus em sua casa que o fez dizer: *Senhor, vou dar aos pobres metade dos meus bens e, se causei qualquer prejuízo a alguém, restituirei quatro vezes mais* (Lc 19, 8). Muitíssimo mais do que exigia a justiça mas não a misericórdia e a salvação.

BENDITO SEJA DEUS PELA SUA ETERNA MISERICÓRDIA

II Perante tamanha misericórdia, resta-nos a gratidão ao Senhor, sabendo que, quanto mais o bendizemos, mais Ele penetra nas nossas vidas e nos deixamos fortalecer e modelar pela sua misericórdia. Sirvamo-nos para isso do **Salmo 102/103**, que o próprio Deus coloca nos nossos lábios. Tem ainda a vantagem de evocar algumas das suas intervenções salvíficas em que acabámos de meditar. Para uma resposta mais pessoal, tentemos juntar-lhes outras graças que cada um de nós, ao longo da vida, d’Ele tem recebido.

O Salmo consta de três partes: começa (v. 1–5) e termina (v. 19–22) com repetidos convites ao louvor; no centro (v. 6–18) está a sua razão principal: a misericórdia do Senhor, constitutiva do seu ser (ou nome) e manifestada sobretudo nos acontecimentos fundadores da história do seu povo.

No início (v. 1–5) os convites a bendizê-l’O são feitos por cada um de nós a si próprio, à sua *alma*, isto é, enquanto ser vivo. O termo hebraico assim traduzido significa originalmente “garganta”, o órgão por onde passa muito daquilo de que vivemos: o ar, a comida, a bebida, a fala. Daí que possa ser traduzido também por “vida”: a vida feita dos benefícios que recebemos do Senhor, que nos *perdoa, cura, salva, coroa de graça e misericórdia*; a vida que Ele, deste modo, constantemente *rejuvenesce* com uma energia semelhante à de uma *água*.

12. Em: *Rico em Misericórdia*, n. 6.

São benefícios pessoais, mas ligados ao modo como Deus chamou o seu povo à vida (v. 6-18): libertou-o da opressão no Egito, mostrando-lhe através de Moisés o caminho a seguir (v. 6-7; cf. Ex 3-24); ao ser trocado por um bezerro de ouro, revelou-se como um Deus *clemente e compassivo, paciente e cheio de bondade* (v. 8; cf. Ex 34, 6-7) — com uma misericórdia que ignora o castigo que por justiça merecíamos (v. 9-10); uma misericórdia que ultrapassa todas as distâncias geográficas e só é comparável à de um pai (v. 11-13); uma misericórdia que, ao contrário da efêmera duração da nossa existência terrena, é eterna e perdura sobretudo nos que lhe são fiéis (v. 14-18).

É nesta misericórdia que se funda o seu reino universal (v. 19). Daí que, no final (v. 20-22), o renovado convite a bendizê-l'O se estenda aos anjos que o servem, ao exército dos astros que lhe estão sujeitos, às obras por Ele criadas e, em união com todos eles, de novo à alma de cada um de nós:

¹*Bendiz, ó minha alma, o Senhor**
e todo o meu ser bendiga o seu nome santo.

²*Bendiz, ó minha alma o Senhor**
e não esqueças nenhum dos seus benefícios.

³*Ele perdoa os teus pecados**
e cura as tuas enfermidades.

⁴*Salva da morte a tua vida**
e coroa-te de graça e misericórdia.

⁵*Enche de bens a tua existência**
e te rejuvenesce como a águia.

⁶*O Senhor faz justiça**
e defende o direito de todos os oprimidos.

⁷*Revelou a Moisés os seus caminhos**
e aos filhos de Israel os seus prodígios.

⁸*O Senhor é clemente e compassivo,**
paciente e cheio de bondade.

⁹*Não está sempre a repreender,**
nem guarda ressentimento.

¹⁰*Não nos tratou segundo os nossos pecados,**
nem nos castigou segundo as nossas culpas.

¹¹*Como a distância da terra aos céus,**
assim é grande a sua misericórdia para os que o temem.

¹²*Como o Oriente dista do Ocidente,**
assim Ele afasta de nós os nossos pecados.

¹³*Como um pai se compadece dos seus filhos,**
assim o Senhor se compadece dos que O temem.

¹⁴*Ele sabe de que somos formados**
e não se esquece que somos pó da terra.

¹⁵*Os dias do homem são como o feno:**
ele desabrocha como a flor do campo,

¹⁶*mal sopra o vento desaparece**
e não mais se conhece o seu lugar.

¹⁷*Mas a bondade do Senhor permanece eternamente*
*sobre aqueles que O temem,**

e a sua justiça sobre os filhos de seus filhos,

¹⁸*sobre aqueles que guardam a sua aliança**
e se lembram de cumprir os seus preceitos.

¹⁹*O Senhor fixou no céu o seu trono**
e o seu reino estende-se sobre o universo.

²⁰*Bendizei o Senhor, todos os seus anjos,**
poderosos executores das suas ordens,
sempre atentos à sua palavra.

²¹*Bendizei o Senhor, todos os seus exércitos,**
que estais ao seu serviço
e executais a sua vontade.

²²*Bendizei o Senhor, todas as suas obras,**
em todos os lugares do seu domínio.
Bendiz, ó minha alma, o Senhor.

MISERICÓRDIA: O ACTO SUPREMO PELO QUAL DEUS VEM AO NOSSO ENCONTRO

A MISERICÓRDIA DO MISTÉRIO PASCAL

12 Diz-nos S. João Paulo II: “Se quisermos exprimir totalmente a verdade acerca da misericórdia, com aquela totalidade com que ela foi revelada na história da nossa salvação, devemos penetrar de maneira profunda nesse acontecimento final (da actividade messiânica de Cristo) que (...) é definido como *mistério pascal*.”¹³ Um mistério em que a morte e a vida, com uma intensidade única, se unem na cruz, o símbolo por excelência da nossa identidade cristã.

Sugiro por isso que, neste ponto da nossa reflexão, cada um de nós tenha diante de si um crucifixo e o contemple, seguindo a profecia de Zacarias citada por S. João no final do relato da paixão e morte de Jesus: *Hão-de olhar para Aquele que trespassaram* (Jo 19, 37).

13. Em: *Ibidem*, n. 7. O itálico é original.

13 Olhemo-lo na cruz, um dos suplícios mais horrorosos de todos os tempos: horroroso pelas arrepiantes dores que causava na vítima — nomeadamente na respiração e no sistema nervoso junto dos cravos; horroroso pela degradação social em que o condenado caía — por isso a crucifixão era proibida para cidadãos romanos; horroroso, porque ser crucificado significava ser amaldiçoado por Deus — *maldito aquele que é suspenso do madeiro*, escreve S. Paulo (Gl 3, 13), numa alusão a Dt 21, 23.

Juntemos a esse horror os que o precederam e intensificaram: o comportamento dos Doze, o círculo mais íntimo de Jesus designadamente na última ceia, com a traição de Judas, as três negações de Pedro e a fuga dos restantes; a farsa que foi o julgamento, primeiro do tribunal judaico, com a condenação decidida antes do interrogatório, e depois do tribunal romano, com o procurador Pôncio Pilatos a preocupar-se mais consigo próprio do que com a verdade da justiça e a trocar um inocente pelo assassino Barrabás; as dores e infâmias infligidas com a coroação de espinhos, a flagelação e os gestos e palavras de escárnio dos soldados, das autoridades religiosas, de um dos outros dois condenados e do povo, o mesmo que dias antes, na entrada em Jerusalém, triunfalmente o aclamara.

“É então que Ele se apresenta particularmente digno da misericórdia dos homens a quem fez o bem; e não a recebe.”¹⁴ Suplica-a da parte de Deus, no Jardim das Oliveiras e ainda antes de as desgraças começarem, prostrando-se por terra e invocando-o por três vezes e com o título expressivo da maior intimidade filial: *Abbá, Pai* (à letra, *Papá*), *tudo te é possível; afasta de mim este cálice. Contudo, não se faça o que eu quero, mas o que tu queres* (Mc 14, 36). E é mesmo pela amargura do cálice que o Pai se decide — o *Pai de misericórdia e Deus de toda a consolação*, como Lhe chama S. Paulo, num hino de bênção (2 Cor 1, 3). Mas, Pai de que misericórdia? E para com quem?

14. *Ibidem*.

14 No final da cena do Getsémani Jesus diz aos três discípulos que o acompanham: *Chegou a hora: o Filho do homem vai ser entregue nas mãos dos pecadores. Levantai-vos. Vamos. Já se aproxima aquele que me vai entregar* (Mc 14, 41-42). São palavras que nos mostram o sentido profundo do que está e vai continuar a acontecer.

Mostram-nos, antes de mais, uma mudança radical no estado de espírito de Jesus. Ele, que no início sentia *pavor e angústia, uma tristeza de morte* (14, 33.34), agravada pela sonolência e a apatia dos três acompanhantes, volta-se agora para eles com dois imperativos que impressionam pela energia e coragem que revelam. Na origem só pode estar a intensa oração com que acaba de se entregar ao Pai, para que se cumpra plenamente a sua vontade. É esse o seu alimento: *fazer a vontade d’Aquele que me enviou e consumir a sua obra* (Jo 4, 34), que o mesmo é dizer, o seu amor (13, 1): o amor em que o Pai *nem sequer poupou o seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós* (Rm 8, 32); o amor que levou o Filho a exclamar na cruz, imediatamente antes de Lhe entregar o espírito: *tudo está consumado* (19, 30).

Nas palavras finais de Jesus no Getsémani podemos ver ainda como esse amor é cheio de misericórdia: é a pecadores que Ele vai ser entregue, é do pecado que vai ser vítima — do pecado de Judas, de Pedro e dos restantes discípulos, dos chefes religiosos e de Pilatos, dos soldados e do povo em geral; do pecado da traição, da negação e da fuga cobarde, do desprezo e da injustiça, do ódio e do homicídio; dos pecados de toda a humanidade. E veja-se como Ele reage: *insultado, não pagava com injúrias; maltratado, não respondia com ameaças; mas entregava-se Àquele que julga com justiça*. E com que finalidade o faz: *suportou os nossos pecados no seu Corpo (), a fim de que, mortos para o pecado, vivamos para a justiça* (1 Ped 2, 23-24) — a partir do triunfo da ressurreição.

De facto, a hora a que Jesus se refere no Jardim das Oliveiras prolonga-se, para além da prisão e da morte, por dias sem fim, a partir do primeiro da semana. É na tarde desse dia, o dia do Senhor, que Ele aparece aos discípulos, tolhidos de medo, e os saúda repetidamente:

A paz esteja convosco (Jo 20, 19.21). É uma paz diferente daquela que o mundo dá (14, 27), porque nasce do seu amor misericordioso na cruz — por isso lhes mostra as mãos perfuradas e o lado trespassado e transforma a sua tristeza em alegria (20, 20). É uma paz que se obtém pelo perdão que Ele, na cruz, pediu ao Pai para os seus algozes e a partir de agora vai ser transmitido pelos seus discípulos — com a força do Espírito Santo que d’Ele recebem (20, 22-23). É a paz que se obtém pela fé e nos reconcilia com Deus e, n’Ele, connosco próprios e com os outros — usando da mesma misericórdia que recebemos e de que vivemos.

Para isso fixemos o olhar nas suas mãos estendidas na cruz para a todos acolher e abraçar, bons a maus. Fixemo-lo no seu coração, do qual *brotou sangue e água* (19, 34), que nos saciam com a força vivificante do seu Espírito, e de tal modo que também dos nossos corações jorrem rios de água viva (7, 18). E, de olhar fixo n’Ele, confessemos-lhe como S. Tomé: *Meu Senhor e meu Deus* (20, 28)! Façamos tudo isso, e seremos curados (cf. 1 Ped 2, 24).

A CURA INTEGRAL DA MISERICÓRDIA DE DEUS

15 Em **Mc 2, 1-12** deparamo-nos com uma cena da actividade pública de Jesus que nos prende por várias razões. Antes de mais pelo esforço de quatro homens para transportarem um paralítico até Jesus: devido à enorme multidão que o rodeava, *descobriram o tecto por cima do lugar em que Ele se encontrava e, feita assim uma abertura, desceram a enxerga em que jazia o paralítico* (v. 3). Jesus interpreta este esforço como expressão de fé, talvez mesmo próxima daquela fé capaz de transportar montanhas de que Ele falará mais tarde (Mc 11, 22-23); uma fé, portanto, mais que suficiente para se obter a cura tão desejada.

Só que Jesus, em vez de curar o doente da paralisia, limita-se a dizer-lhe, para já: *Filho, os teus pecados estão perdoados* (2, 5). É possível que nós, hoje, nos sintamos defraudados. Mas nada disso se diz nem do paralítico nem dos que o transportavam e dos que o rodeavam. Só alguns escribas presentes se escandalizam, mas com o atrevimento de Jesus em perdoar os pecados: Uma blasfémia! *Não é só Deus que pode perdoar os pecados?* — Pergunta-se entre eles (v. 7). E acaba por ser em resposta a isso que, no final, Jesus lhes diz: *Para saberdes que o Filho do homem tem na terra o poder de perdoar os pecados, «Eu te ordeno — disse Ele ao paralítico — levanta-te, toma a tua enxerga e vai para casa»* (v. 10-11). E ele assim fez.

Quer isto dizer que, para Jesus e seus contemporâneos, tão ou mais importante do que a cura corporal é a espiritual. A corporal, talvez porque exteriormente mais fácil de constatar, é, neste caso, realizada como prova do poder, que lhe vem de Deus, para perdoar os pecados; um perdão que Deus nos oferece, mas que, para produzir efeitos em nós, exige a nossa aceitação, pela conversão de vida e a entrega de fé.

Trata-se de uma constante em toda a actividade messiânica de Jesus, a começar pelo seu início, com o anúncio do Evangelho de Deus assim resumido: *Cumpriu-se o tempo e está próximo o reino de Deus. Arrependei-vos e acreditai o Evangelho* (1, 15). Por isso, nos milagres que realiza como sinais vivos e vivificantes do reinado de Deus, Jesus exige a fé ou a ela convida. S. Marcos di-lo abertamente a propósito da rejeição dos conterrâneos de Jesus, quando volta a Nazaré: *Não podia ali fazer qualquer milagre; apenas curou alguns doentes, impondo-lhes as mãos. Estava admirado com a falta de fé daquela gente* (6, 5-6). Se curou alguns doentes, foi provavelmente para mostrar que nada limitava o seu poder, nem a incredulidade dos presentes. Só que, não tem sentido usar desse poder, se faltam as condições para atingir o objectivo último, a fé. Que interessa a saúde física ou mental, se a usamos, não ao serviço de Deus, mas do pecado, seja ele por acções ou omissões?

16 Não é a única vez que Jesus relaciona a doença com o pecado. Ao homem que, enfermo havia trinta e oito anos, jazia junto da piscina de Betsatá à espera de quem o introduzisse a tempo nas águas e a quem Jesus finalmente curou, diz-lhe Ele quando, mais tarde e no templo, o volta a encontrar: *Agora estás são. Não voltes a pecar para que não te suceda coisa pior* (Jo 5, 14). Será que a sua doença se devia ao pecado?

De facto, era então convicção comum, largamente documentada na tradição bíblica, de que todas as acções do homem têm consequências no seu destino: as boas levam à vida, as más à morte. E a esta está ligada a doença. A convicção baseia-se na experiência que ainda hoje fazemos: que dificilmente se pratica o mal, mesmo inconscientemente, sem que isso não tenha efeitos negativos, no próprio, nos outros, no mundo. Veja-se no que dão a guerra e o terrorismo, a má condução nas estradas, a poluição do ambiente, os vícios de toda a espécie. As chamadas doenças civilizacionais, não são elas, tantas vezes, fruto directo ou indirecto de erradas condutas humanas?¹⁵

É a essas condutas e acções que chamamos pecado: uma ruptura com Deus, autor da criação e garante máximo da sua ordem; um Deus que, com isso, só quer o nosso bem e, no mesmo sentido, nos faz seus colaboradores livres e responsáveis. Se falharmos, sofremos as consequências referidas: aquilo a que, em linguagem religiosa, se chama castigo; mas que, visto bem, é o pecador que inflige a si próprio como resultado do mal que comete. A maior prova de que não é uma vingança de Deus, está na misericórdia com que Ele se dirige ao pecador, no perdão que lhe oferece, na reconciliação que lhe possibilita, mas respeitando também então a sua livre adesão de fé, uma fé que poderá ser mais convicta depois de o pecador sofrer as consequências do seu pecado, como aconteceu com o filho pródigo.

Compreende-se assim que Jesus exorte o enfermo que tinha curado a que não volte a pecar, com o aviso: *para que te não suceda coisa pior*. Se a saúde lhe servir para pecar, então, pior que a doença,

susceptível de cura, será a irreversível condenação eterna *para os que tiverem praticado o mal* — diz-nos Ele (Jo 5, 29). Se todos tivéssemos mais consciência disso, talvez se pecasse menos.

17 Mas, se todo o pecado tem efeitos negativos, será também verdade o inverso, isto é, que todo o mal se deva ao pecado? Na prática, é essa a pergunta dos discípulos de Jesus no início do processo de cura de um cego de nascença, narrado em **Jo 9, 1-41**: *Mestre, quem é que pecou para ele nascer cego? Ele ou os seus pais?* Tudo indica que havia quem assim pensava. Mas mesmo hoje ouvem-se pessoas, a braços com doenças ou outras desgraças, a interrogar-se: que mal fiz eu (a Deus), para isto acontecer?

Em resposta (v. 3), Jesus começa por rejeitar este modo de pensar: *Isso não tem nada que ver com os pecados dele ou dos pais*. Rejeita-o, porque, como de resto sabemos, muito do que de negativo nos acontece não se deve ao pecado, mas a outras forças do mal ou à nossa condição humana frágil e limitada ou ainda a tantas outras contingências naturais que nós, por maiores que sejam os nossos conhecimentos e capacidades, somos incapazes de dominar. Serão então de atribuir as culpas a Deus, que assim nos fez, a nós e ao mundo em que vivemos?

Não é esse o caminho seguido por Jesus com o cego de nascença: *Aconteceu assim* — acrescenta Ele — *para se manifestarem nele as obras de Deus*. As obras são os milagres que Deus realiza por seu intermédio e nos quais Ele e o Pai são glorificados (cf. Jo 2, 11; 5, 17.36; 11, 4.40). Assim faz com o cego. Abre-lhe primeiramente os olhos carnis; mas, depois de os fariseus acusarem o homem de ter nascido inteiramente em pecado e o expulsarem da sinagoga, abre-lhe também os olhos da fé: *Tu acreditas no Filho de Deus?* — Pergunta-lhe Jesus. Ao saber que é Ele, o homem exclama: *Eu creio, Senhor*. E prostra-se a seus pés (v. 35.38). E Jesus termina, a dizer-nos onde está a pior cegueira: nos que se tornam ou mantêm reféns do pecado e, mesmo vendo fisicamente, não acreditam n'Ele e em Deus que n'Ele se revela (v. 39-41).

15. Vejam-se os efeitos desastrosos dos crimes ecológicos expostos pelo Papa Francisco nos cap. I e III da Encíclica *Louvado Sejas*.

Conclusão: em vez de nos determos nos porquês de doenças ou de outros males, abramo-nos antes à graça do amor misericordioso que Deus, nessas desgraças, nos oferece por meio de seu Filho Jesus Cristo. Ele próprio o fez perante o desastre da cruz.

18 Deixou-nos, para isso, os sacramentos da Penitência e da Unção dos Enfermos, para nos libertarem, respectivamente, dos males do pecado, que afectam sobretudo a alma, e dos males da doença e de outras enfermidades que incidem sobretudo no corpo. Dizemos “sobretudo”, porque, como acabamos de constatar, alma e corpo não são compartimentos estanques. O ser humano é um todo, e a harmonia física e mental tem incidências na espiritual e vice-versa.

São chamados “sacramentos da cura”, tendo em conta principalmente o seu resultado final. Mas se considerarmos a origem e o caminho percorrido até à cura, podemos chamar-lhes também da “misericórdia”. Neles, Deus abre, de facto, o seu coração paterno e bondoso à miséria em que podemos encontrar-nos. Acolhamo-lo com a sua oferta. Seremos incentivados e orientados para isso nas páginas que se seguem e que, por isso, não podem ser exaustivas. Leia-as cada um com os olhos fixos, não só em Deus, mas também na situação e no estado em que pessoalmente se encontra.

A MISERICÓRDIA DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

19 Como outros sacramentos, também este tem diversas denominações: é chamado “Sacramento da Conversão”, “Penitência”, “Confissão”, “Perdão” e “Reconciliação”.¹⁶ São nomes que, em sentido restrito, nos remetem para diferentes aspectos ou passos da mesma celebração. Sigamo-los, por isso, na ordem apresentada.

16. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1423-1424.

20 Em sentido original, **Conversão** e **Penitência** exprimem dois aspectos complementares da mesma realidade: pela conversão somos convidados a mudar, a inverter o nosso rumo de vida, abandonando o pecado e voltando-nos para Deus; para isso, precisamos da penitência, isto é, de arrependimento, pesar, pena pelo mal cometido.

Uma e outra são essenciais e transversais a toda a celebração. Sem o arrependimento sincero e o consequente e firme propósito de emenda, dificilmente conseguimos confessar todos os pecados que cometemos, acolher o perdão que Deus nos oferece e deixarmo-nos reconciliar com Ele e com os outros.

E a penitência e a conversão são, em si mesmas, tanto mais difíceis, quanto são actos humanos. É-nos difícil, antes de mais, reconhecer que pecamos. Quantas pessoas se limitam a confessar: “Não mato nem roubo!” Como se os pecados se reduzissem a isso e como se não houvessem muitos graus e formas de matar e roubar. Já S. Agostinho, a propósito do tempo antes da sua conversão, dizia: “O meu pecado era tanto mais incurável, quanto mais me não considerava pecador.”¹⁷ Não há, de facto, maior ignorância do que a daquele que ignora que é ignorante. Ouçamos, por isso, o aviso de S. João: *Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós* (1 Jo 1, 8).

Mas, mesmo sabendo que cometemos o mal, é-nos difícil reconhecer a nossa quota-parte na culpa. Ou porque cedemos a uma exagerada autoestima, à mistura com algum orgulho. Ou então facilmente nos desculpamos com deformações hereditárias ou patológicas, deficiências na educação, influências do meio-ambiente, e atiramos com a culpa para cima de outros. É o que faz o primeiro casal humano, depois de comerem o fruto proibido. Diz ele a Deus: *A mulher que me destes por companheira deu-me o fruto da árvore e eu comi*. E ela: *A serpente enganou-me e eu comi* (Gn 3, 12.13). E como tanto a mulher

17. Em : *Confissões*, I, V, c. 10.

como a serpente são criaturas de Deus, na prática é Ele o culpado. É verdade que podem existir circunstâncias condicionantes da liberdade e do conhecimento e que por isso atenuam ou até suprimem a nossa culpabilidade. Mas não façamos disso a regra. Tenhamos coragem e humildade para assumirmos, com verdade e para nosso bem, o nosso real grau de responsabilidade.

21 Recorramos, para isso, aos meios que nos são oferecidos: antes de mais à oração que nos coloca diante de Deus, num íntimo tu-a-tu, e nos dispõe para acolhermos a força da sua graça. “Quanto mais perto estivermos de Deus, que é todo Luz, tanto mais nítidos se revelam os nossos lados sombrios.”¹⁸ Recordemos os inúmeros bens que Ele, como Pai e ao longo da toda a nossa vida, nos tem concedido e supliquemos-lhe depois, repetidamente e com a maior sinceridade: *Convertei-nos, Senhor, e seremos convertidos* (Lm 5, 21).

Podemos também fixar-nos no crucifixo. Guiados por textos bíblicos alusivos à paixão e morte do Senhor, reparemos, antes de mais, na quantidade e diversidade de pecados que na sua cruz se acumulam... e no crime horrendo que deles resulta: o aviltamento e assassinio do Filho de Deus... E deixemo-nos interpelar por S. Francisco de Assis: “Não foram os demónios que o pregaram na cruz, mas tu com eles o crucificaste, e ainda agora o crucificas quando te deleitas nos vícios e pecados.”¹⁹

Tu o crucificas! Tentemos ver como, examinando a quantidade e a gravidade das faltas que cometemos, por pensamentos, palavras, actos e omissões e os males que assim causámos em nós próprios e em tantos outros... muitíssimos mais do que possamos imaginar, já que fazemos parte de um imenso corpo que é a sociedade em geral e, mais restritamente, a Igreja, em que estamos todos tão interligados que, *se um membro sofre, com ele sofrem todos os membros* (1 Cor 12, 26).

18. Youcat. *Catecismo Jovem da Igreja Católica*, n. 229.

19. Citado em: *Catecismo da Igreja Católica*, n. 598.

E com eles sofre também Cristo, como Ele próprio diz: *Sempre que fizestes isto (ou deixastes de fazer) a um dos meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes (ou deixastes de fazer)* (Mt 25, 40.45). E quantos desses irmãos se tornaram pequeninos, ou mais pequeninos, por causa do mal que fizemos ou do bem que deixámos de fazer!

Mas a cruz evoca também a coragem e o amor infinito com que Jesus enfrenta o pecado e o carrega sobre si, para dele nos libertar, um amor que lhe permite fazer da morte criminosa o dom total da vida. Olhemos então para a sua cruz, porque, como diz a Beata Teresa de Calcutá, “quando olhamos para a cruz, compreendemos a grandeza do seu amor.”²⁰ Deixemos que o seu olhar se cruze com o nosso, para fazermos como S. Pedro, imediatamente depois de o negar por três vezes: ao sentir como o Senhor fixou nele os seus olhos, *saindo para fora, chorou amargamente* (Lc 22, 62). São essas lágrimas que nos lavam do pecado — “as lágrimas da Penitência”, como lhes chama S. Ambrósio.²¹

22 Pela **Confissão** reconhecemos e declaramos humildemente, diante de Deus e da Igreja, os nossos pecados e a respectiva culpa. Primeiramente de um modo genérico, servindo-nos da conhecida fórmula penitencial: “Confesso a Deus todo-poderoso e a vós irmãos”.

O ideal é que esses “irmãos” estejam fisicamente presentes e nos ouçam, como acontece, quando o sacramento é inserido numa celebração penitencial comunitária. São eles, ou alguns deles, as vítimas das nossas faltas. Como nós, as vítimas das suas. E o comum reconhecimento dos pecados — “por pensamentos e palavras, actos e omissões” — e da culpa — reforçado pelo gesto de bater no peito — quanto bem nos pode fazer, a nós e a eles, para aceitarmos a graça do perdão e da reconciliação, que Deus a todos oferece!

É de resto por isso e para isso que, na segunda parte, cada um de nós acrescenta: “E peço à Virgem Maria, aos Anjos e Santos e a

20. Citada em: Youcat. *Catecismo Jovem da Igreja Católica*, p. 68.

21. Distinguindo-as da “água do Baptismo”, em: *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1429.

vós irmãos que rogueis por mim a Deus, nosso Senhor.” Uma prece dirigida a toda a Igreja, celeste e terrestre, unida no mesmo Deus que reconhecemos como Senhor de todos. É por isso que, “num sentido profundo, este sacramento é também uma «confissão», (isto é) reconhecimento e louvor da santidade de Deus e da sua misericórdia para com o homem pecador.”²²

Não estando esses irmãos visivelmente presentes, está pelo menos um seu representante: o sacerdote, no qual também Deus se faz presente. Foi Ele que o constituiu nessa missão e é nele que nos acolhe, como Pai de misericórdia. Por isso, é a este seu ministro que devemos acusar os pecados, pelo menos sendo graves.

Mais do que um dever, é uma necessidade. Faz-nos bem, como diz o Papa Francisco, “até do ponto de vista humano, para desabafar.”²³ Quantas vezes já nos sentimos aliviados, pelo simples facto de falarmos do que nos oprime e entristece! Mas, faz-nos bem confessar os pecados, sobretudo para mais os encaramos de frente, assumirmos mais convictamente a culpa e nos abirmos mais intensamente a Deus e à comunhão da Igreja. Quantas palavras, ditas com sinceridade, reforçam os sentimentos! Faz-nos bem finalmente, para que possa ser mais personalizada a palavra de acolhimento e conforto, de discernimento e correcção, de orientação e incentivo que recebemos do sacerdote, como “sinal e instrumento do amor misericordioso de Deus para com o pecador.”²⁴

Por isso, depois de o escutarmos, é ainda diante dele que manifestamos a Deus a contrição e o propósito firme de emenda. E é bem possível que o sacerdote, enquanto nos ouve, reze também por nós do fundo do coração — para que acolhamos eficazmente o perdão que Deus por seu intermédio nos oferece.

22. *Ibidem*, n. 1424.

23. Em: *Catequeses sobre os Sacramentos*, Ed. do Secretariado Nacional de Liturgia, 2014, p. 19–20.

24. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1465.

23 O **Perdão** é transmitido principalmente pela absolvição, que, no sentido etimológico da palavra (do latim *absolvere*), nos “desata”, nos liberta do pecado e da culpa. É comunicada por palavras e gestos, que convergem no mesmo objectivo: levar a que o perdão de Deus nos penetre, pela audição e a visão, os dois sentidos que mais usamos para viver.

Assim, ao mesmo tempo que vemos o sacerdote estender sobre nós as mãos portadoras de vida, ouvimo-lo pedir a Deus que nos conceda, por meio da Igreja, o perdão e a paz: o perdão em que Deus nos acolhe, com a nossa miséria, no seu coração paterno; o perdão que o seu Filho Jesus Cristo nos obteve para sempre, ao dar a vida por nós na cruz; o perdão com o qual o Pai e o Filho, pelo Espírito Santificador, derramam o seu amor vivificante nos nossos corações.

É este perdão que o sacerdote depois, ainda em nome do Deus Trino, nos comunica, ao declarar-nos: “Eu te absolvo dos teus pecados” ... Neste caso, acompanha as palavras com o sinal da cruz do Senhor feito sobre nós. Que o Amen com que respondemos seja uma verdadeira adesão de fé ao Deus cujo amor não tem limites, o único amor capaz de nos reconduzir à paz com Ele, com os outros e connosco próprios — pela reconciliação.

24 Sobre a **Reconciliação** diz-nos o Catecismo Jovem da Igreja Católica: “O segundo depois da absolvição é como um duche depois da prática desportiva, o ar fresco depois de uma tempestade de Verão, o despertar numa brilhante manhã de Verão, a ausência de gravidade no mergulhador... Tudo está contido na palavra «re-conciliação» (...): estamos de novo em paz com Deus.”²⁵ Daí que o sacerdote, no final, nos diga: “Vai em paz, e anuncia ao mundo as maravilhas de Deus, que te salvou.”²⁶

25. N. 239.

26. A última de várias fórmulas propostas pelo *Ritual Romano da Celebração da Penitência*, n. 47.

Tem de ser um anúncio predominantemente por gestos expressivos e operativos da reconciliação. É que “a absolvição tira o pecado, mas não remedeia todas as desordens causadas pelo pecado.” Para de algum modo as reparar, temos de cumprir a chamada “penitência”, imposta pelo confessor e que “deve corresponder, quanto possível, à gravidade e natureza dos pecados cometidos. Pode consistir na oração, num donativo, nas obras de misericórdia, no serviço do próximo, em privações voluntárias, sacrifícios e, sobretudo, na aceitação da cruz que temos de levar” — seguindo a Cristo e dando testemunho do seu amor salvífico.²⁷

A MISERICÓRDIA DO SACRAMENTO DA UNÇÃO DOS ENFERMOS

25 Pergunta-nos S. Tiago, no início de **Tgo 5, 14-15**: *Algun de vós está doente?* Talvez não estejamos nós ou ainda o não estejamos. Mas estão de certeza outros, possivelmente do nosso círculo de familiares, amigos, vizinhos ou simplesmente conhecidos, pessoas cujas doenças nos afectam. Como acontecia com Jesus, de quem S. Mateus diz: *Tomou sobre si as nossas enfermidades e suportou as nossas dores* (Mt 8, 17, citando Is 53, 4). Tomou-as para as curar (em Mt) e, mais tarde, carregou com elas no seu próprio corpo até à morte na cruz (cf. 1 Ped 2, 24). Num caso como no outro com o mesmo amor misericordioso e salvífico, o amor que nos leva, no mínimo, a colocar-nos no lugar de quem está doente, como sendo nós próprios.

Nesse sentido tentemos aperceber-nos, em primeiro lugar, do que realmente significa estar doente. Sobretudo tratando-se de doença grave e medicinalmente incurável, estar doente significa, antes de mais, perder a harmonia connosco próprios: com o nosso corpo, em que a parte doente afecta o todo orgânico, de vários modos e de tal modo que todo o corpo sofre. Significa termos de mudar de vida: abandonar

projectos, deixar de trabalhar, tornarmo-nos mais dependentes, em muitos casos empobrecer. Significa tantas vezes cair no abatimento, na angústia, na depressão e, talvez mesmo, no desespero, sobretudo quando a doença mais nos aproxima da morte. É o caso também da enfermidade ou debilidade geral própria da velhice.

Estar doente significa, ainda e habitualmente, quebrar a harmonia com os outros, principalmente os mais próximos de nós. São eles que mais têm de suportar-nos no trabalho que damos, no mal-estar que sentimos, nos medos, revoltas e mesmo agressividades que manifestamos. E se, devido ao incómodo que lhes causamos, perdemos a sua presença, o seu cuidado, o seu carinho, então é ainda maior a nossa solidão, o nosso sofrimento. Só o medo de que isso aconteça já basta, tantas vezes, para nos apavorar.

Estar doente pode significar finalmente e em muitos casos, sobretudo sendo pessoas minimamente crentes, questionar ou até perder a nossa harmonia com Deus. Para que serve afinal acreditar, se Ele me abandonou? Que mal lhe fiz eu? Por que razão é que Ele me não ouve? Será mesmo que Ele existe? Que sentido pode ter uma vida assim? E se a Ele recorremos com promessas e os nossos desejos não são atendidos — não acaba por ser ainda maior a nossa frustração?

Mas estar doente ou enfermo não tem de ser, sempre e necessariamente, só um mal. Há quem, na doença, adquira uma maior consciência da sua condição humana, por natureza frágil, caduca, limitada; e, pela dependência em que cai, passe a apreciar muito mais o valor da amizade e da solidariedade; e, devido ao muito que então recebe dos outros, viva a doença como uma especial ocasião para também se dar, ao menos com um sorriso, uma palavra de gratidão; há quem, enfim, na doença obtenha a graça de encontrar Deus ou de fortalecer a fé n’Ele. Ou seja, a doença, sem deixar de ser um mal a combater com todos os meios, pode dar um sentido novo à nossa vida, torná-la mais autêntica à semelhança do que aconteceu com Cristo e levados pela força do amor misericordioso que Ele quer transmitir a quem a Ele se confia.

27. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1459.1460.

26 Para que isso aconteça é que S. Tiago, à pergunta referida, acrescenta: *Chame os presbíteros da Igreja*.

Chame quando? Para a Unção dos Enfermos, que se inspira neste texto de S. Tiago, a Igreja estabelece que seja administrada “quando o fiel começa, por doença ou por velhice, a estar em perigo de morte.”²⁸ Mas não tem de ser um perigo iminente e que a ciência médica já não possa debelar. A Unção dos Enfermos não é um remédio milagroso para quando a medicina esgota todos os meios de cura ou de alívio, nem um sacramento para moribundos, uma espécie de passaporte para a eternidade.

Mas infelizmente ainda há quem assim pensa, mesmo depois de, a partir da reforma litúrgica do II Concílio do Vaticano, se deixar de chamar “Extrema-Unção” a este sacramento. Não admira por isso que seja visto como uma espécie de magia que dispensa a colaboração de quem o recebe e que seja guardado para quando já está inconsciente. Até porque, antes, pode ser recebido com aversão, repulsa; e pode até, pelo medo ou mesmo pânico que provoca, apressar a hora da morte.

A prova de que não se trata de um sacramento primariamente para moribundos está, para já, no facto de poder ser recebido mais do que uma vez na vida: “no caso de nova enfermidade grave” ou “no decurso da mesma doença, (...) se o mal se agrava” ou ainda “antes de uma operação cirúrgica importante. E o mesmo se diga a respeito de pessoas de idade, cuja fragilidade se acentua.”²⁹

A prova de que não é um acto de magia, está ainda na pessoa que deve chamar o sacerdote: conforme diz S. Tiago, é o doente ou idoso. Tem de ser ele a desejá-lo ou pelo menos a estar de acordo. Se já não está em condições disso, procure saber-se se é pessoa de fé, uma fé que, no uso da sua liberdade, desejaria viver até ao fim da vida. Como os outros sacramentos, também este é uma celebração da fé.

27 E, como tal, é uma celebração da Igreja e em Igreja. Repare-se como S. Tiago, ao falar dos ministros deste sacramento, lhes chama *presbíteros da Igreja*. São pessoas que exercem o seu ministério ao serviço da Igreja, como representantes dela e de Cristo, presente e actuante na comunidade n’Ele fundada.

Procure-se por isso que esta dimensão eclesial apareça, tanto quanto possível, ao vivo na celebração deste sacramento. Todos sabemos quanto bem isso nos pode fazer: sentir-nos rodeados da família a que pertencemos e, para mais, numa situação em que precisamos tanto da força da sua fé, esperança e caridade, do calor da sua comunhão.

Podem ser somente nossos familiares carnis, sobretudo se estamos em nossa casa ou no hospital. Mas, mesmo aí, quanto bem nos faz a presença participativa de outros crentes, que eventualmente já nos acompanham como simples visitantes ou mediadores da Igreja, mandatados por ela, como são, por exemplo, os ministros extraordinários da comunhão.

Mas o ideal é que a celebração se realize com a comunidade cristã a que pertencemos e, quanto possível, na igreja em que também nós vivemos a fé. São a nossa casa e a nossa família cristã. E então se for numa Eucaristia e esta dominical: sentirmos Cristo, com a energia vivificante do amor de quem se não poupa a nada, o amor, que no sofrimento e na morte, venceu todos os males, o amor que nos une a todos os crentes numa comunhão ilimitada! Que mais podemos desejar?

28. II Concílio do Vaticano, Const. Lit. *Sacrosanctum Concilium*, n. 73.

29. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1515.

28 Para este encontro com Cristo, na sua comunidade presidida por presbíteros, S. Tiago diz depois o que se deve fazer pelo doente ou enfermo: *Orem sobre ele, ungindo-o com o óleo em nome do Senhor.*

Primeiramente a oração, tal qual aparece nas sucessivas partes da celebração: oração a pedir perdão dos pecados, o que pode ser feito com a recepção prévia do sacramento da Penitência; oração de escuta da Palavra de Deus que nos fala das diversas expressões da sua solicitude pelos mais frágeis; oração de súplica, para que Ele nos conceda “vida e saúde”, por todos os doentes, pelos que deles cuidam;³⁰ oração de louvor pelo óleo da unção de que Deus se serve para nos confortar nas dores e enfermidades; oração de prece para que Cristo nos restitua “a plena saúde interior e exterior”;³¹ oração que culmina com o Pai-Nosso, em que se unem as vozes e os corações de todos os presentes ao Pai que está nos Céus.

A esta oração tão variada podemos chamar com S. Tiago a *oração da fé*. Que o mesmo é dizer a fé em oração. “Quem ora deixa de viver de si mesmo, para si mesmo e a partir das suas próprias forças. Sabe que há um Deus a quem pode falar. A pessoa que ora entrega-se cada vez mais a Deus.”³² E quanto mais a Ele nos entregamos mais Ele se apodera de nós, para nos transmitir a sua força, a sua graça.

Fá-lo também através dos ritos envolvidos pela oração: a imposição das mãos do Presbítero, para nos comunicar o conforto prometido na Palavra de Deus e pedido nas súplicas que se lhe seguiram; a unção com azeite que nos revigora e cura, a partir das partes do corpo mais determinantes para a nossa vida: a cabeça com que pensamos, as mãos com que agimos. Enquanto nos unge (ou antes), o sacerdote pede ao Senhor que, “pela sua infinita misericórdia”, venha em nosso auxílio, “com a graça do Espírito Santo”, para que, libertos dos pecados, nos salve e alivie os nossos sofrimentos. São dons divinos que só a fé nos permite acolher, a fé que se exprime no Amen com que respondemos.

30. Primeiro dos três formulários da ladainha propostos pelo *Ritual Romano para a Unção e Pastoral dos Doentes*, n. 73.

31. Primeira de várias orações para depois do rito da unção: *ibidem*, n. 77.

32. Youcat. *Catecismo Jovem da Igreja Católica*, n. 469.

29 Dos efeitos deste sacramento, pedidos pelo ministro durante a Unção, fala-nos também S. Tiago: *A oração da fé salvará o doente e o Senhor o confortará, e, se tiver pecados, ser-lhe-ão perdoados.* De que salvação se trata? Corporal ou espiritual?

Como já vimos, a separação não tem sentido. É excluída pela união intrínseca entre todas as dimensões do nosso ser; é excluída pelas curas realizadas por Jesus, que exige ou pressupõe sempre a fé; e é excluída agora pelo verbo “salvar” que, na tradição bíblica, se aplica à libertação tanto da doença como do pecado. Portanto, uma libertação total. Ou dito de outro modo: a paz em todas as suas dimensões, de harmonia com Deus, com os outros e connosco próprios.

Este “readquirir da paz interior pela reconciliação consigo mesmo, com os outros e com Deus; a superação da ansiedade e o vencer de medos e de angústias de morte; o sentimento de ser acolhido, amado e compreendido pela comunidade (...); estes e outros aspectos ligados à espiritualidade e religiosidade são promotores de bem-estar interior, harmonia e esperança que pode conduzir a uma melhoria clínica, a uma maior aceitação do sofrimento, ou a um morrer em paz.”³³

Na sua origem está o encontro com Cristo: Ele que enfrentou o sofrimento dos outros, compadecendo-se deles, isto é, sofrendo com eles e libertando-os, pela fé, para uma vida ao serviço de Deus e dos outros; Ele que, na sua paixão, enfrentou o seu próprio sofrimento, inserindo-o na sua actividade redentora, isto é, fazendo dele o total dom da vida. É com este amor, nesta face dupla, que Ele vem ao nosso encontro na Unção dos Enfermos, celebrada em seu nome. Que Ele nos conforte, para sermos nós próprios agentes do seu amor, como já fazem tantos cristãos a braços com a doença, a enfermidade ou outro género de limitação. Quanto podemos aprender deles! Graças a Deus!

33. Fernando Sampaio, *A Cura pela Fé. Dimensão terapêutica da Unção dos Enfermos*, Paulinas 2009, p. 112. Um livro cuja leitura se recomenda.

MISERICÓRDIA: A LEI FUNDAMENTAL QUE MORA NO CORAÇÃO DA PESSOA

30 Às palavras em título o Papa Francisco junta as circunstâncias em que a pessoa põe em prática essa lei: “quando vê com olhos sinceros o irmão que encontra no caminho.”³⁴ Com isso indica também por que se trata de uma lei: “sincero” significa verdadeiro, leal, estar em sintonia com o que realmente se pensa, se sente, se é; uma obrigação imposta, portanto, pelo próprio ser na sua relação com os outros.

Aplicada à Igreja e a cada um de nós, seus membros, a misericórdia é obrigatória, por ser dela e para ela que vivemos, tal como Deus, origem do nosso ser cristão, é impensável sem ela. Daí a exortação de Cristo: *Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso* (Lc 6, 36); e a afirmação de S. João Paulo II: “A Igreja vive uma vida autêntica, quando professa e proclama a misericórdia, o mais admirável atributo do Criador e do Redentor, e quando aproxima os homens das fontes da misericórdia do Salvador, das quais ela é depositária e dispensadora;”³⁵

34. Em: *O Rosto da Misericórdia*, n. 2.

35. Em: *Rico em Misericórdia*, n. 13.

e a do Papa Francisco: “A credibilidade da Igreja passa pela estrada do amor misericordioso e compassivo.”³⁶

Avancemos então por essa estrada, com o olhar atento aos que mais precisam da misericórdia que habita no nosso coração de cristãos. E como a caminhada vai ser dura, pelo menos em algumas das obras de misericórdia, continuemos a deixar-nos conduzir e encorajar pelo Senhor. É o caso da primeira:

A MISERICÓRDIA QUE NOS LEVA A PERDOAR

31 É impressionante e, nalguns pontos, é mesmo provocatória a parábola com que Jesus compara o reino de Deus em **Mt 18, 23-35**: a história de um rei *que quis ajustar contas com os seus servos* (v. 23).

Impressiona-nos logo a atitude do rei para com o primeiro servo (v. 24-27), *que devia dez mil talentos*, uma quantia astronómica, de todo impossível de pagar. Mesmo que o servo, como mandou o rei, fosse vendido com a família e tudo o que possuía, nem sequer para um talento chegaria. Compreende-se por isso que ele se tenha prostrado aos pés do rei a pedir-lhe ao menos um prazo. Mas o rei fez muitíssimo mais: *Cheio de compaixão, (...) deu-lhe a liberdade e perdoou-lhe a dívida*. Admirável! Mesmo para nós, se colocados no lugar daquele servo.

Mas, pela mesma razão, é ainda mais surpreendente e repugnante o que fez o mesmo servo (v. 28-30), quando, logo ao sair, *encontrou um dos seus companheiros que lhe devia cem denários*. Depois de ter sido perdoado e tratando-se de uma quantia irrisória, se comparada com a anterior (um talento valia 60.000 denários), não seria de esperar uma atitude idêntica à do senhor? Mas não: mesmo depois de o colega, igualmente prostrado a seus pés, lhe suplicar exactamente o mesmo que ele pedira ao senhor de ambos, *mandou-o prender, até que pagasse tudo quanto devia*.

Como reagiu o rei (v. 28-34)? Informado do que sucedera, mandou chamar o primeiro servo, confrontou-o com a contradição entre a sua compaixão e falta dela por parte dele e, *indignado, entregou-o aos verdugos, até que pagasse tudo quanto lhe devia*. Não era para menos! — Dirão possivelmente alguns de nós.

Mas, atenção! Com isso já mostramos estar de acordo com o aviso conclusivo de Jesus: *Assim procederá convosco meu Pai celeste, se cada um de vós não perdoar ao seu irmão de todo o coração* (v. 35). Repete o que nos diz logo a seguir ao Pai-Nosso: *Se perdoardes aos homens as suas faltas, também o vosso Pai celeste vos perdoará. Mas se não perdoardes aos homens, também o vosso Pai não vos perdoará as vossas faltas* (Mt 6, 14-15). Ou simplesmente: *Perdoai e sereis perdoados*. Aqui na sequência imediata da exortação: *Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso* (Lc 6, 36.37).

32 Com isto Jesus mostra-nos, antes de mais, a importância do perdão entre nós, uma das principais obras de misericórdia. É tão importante que parece condicionar o perdão de Deus; e, como tal, limitar o seu poder, aquele poder que até reconhecemos, quando lhe pedimos na Eucaristia: “Senhor, que dais a maior prova do vosso poder quando perdoais e vos compadeceis, derramai sobre nós a vossa graça.”³⁷

Mais: com esta limitação, não estará o próprio Jesus a contradizer-se a si mesmo? É que Ele, com esta parábola, não pretende outra coisa, senão fundamentar a resposta à questão de Pedro sobre quantas vezes se deve perdoar a quem nos ofenda (v. 21-22): *Até sete vezes?* Responde Jesus: *Não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete*. Isto é, sempre. Mas então como é que Deus, representado pelo rei da parábola, afinal só perdoa uma vez? Poder-se-ia dizer: só não perdoa a quem não perdoa. Seja como for, é sempre um limite — impossível de conjugar com o ser e o agir de Deus.

36. Em: *O Rosto da Misericórdia*, n. 10.

37. Oração colecta do XXVI Domingo Comum.

Por isso deve antes dizer-se: Deus perdoa sempre; nós é que podemos não aceitar o seu perdão enquanto não perdoarmos também nós. Sobretudo tratando-se, como nos diz Jesus, de perdoar *de todo o coração*. Isto é, depois de transformados, no mais íntimo e central do nosso ser, pela graça do perdão paterno de Deus. Só então estaremos em condições de agir como Ele; ou melhor, de deixarmos que Ele aja em nós com um poder que transcende as nossas capacidades humanas, um poder que só Ele tem, como Deus Pai todo-poderoso.

33 Procuremos não esquecer este aviso de Jesus, designadamente quando nos abeirmos do sacramento da Penitência. Não basta pedir o perdão de Deus e recebê-lo pelo sinal da absolvição dada pelo sacerdote que nos atende. É imprescindível uma contrição sincera que depois se concretize num corajoso e persistente esforço de conversão de vida, nomeadamente pelo cumprimento da penitência que nos é dada e da qual, directa ou indirectamente, faz parte o perdão a quem nos ofendeu.

Caso contrário, podemos cair numa tremenda ilusão, que até nos pode levar a pecar mais do que se não nos confessássemos. Dessa acusação, proveniente sobretudo de quem é mais ou menos estranho à vida da Igreja, não nos livramos. E Deus queira que ela se não fundamente na nossa prática de vida, designadamente no facilitismo com que recorremos a este sacramento, a pensar consciente ou inconscientemente: como Deus nos perdoa sempre, então pequemos à vontade.

Livremo-nos deste escandaloso e ilusório abuso da misericórdia divina, para nosso próprio bem e para bem dos outros: daqueles que sofrem com os pecados que cometemos e daqueles que, escandalizados connosco, se afastam de Deus... e do manancial de graça e de vida que Ele oferece neste sacramento. Não será essa uma das razões por que tantos cristãos deixam de se confessar?

34 Para que tal não aconteça, pelo menos connosco, e sobretudo para pormos em prática o perdão recebido de Deus, recorramos, entre outros meios, à oração, nomeadamente à que Jesus nos ensinou.

Se, nela, Ele nos leva a pedir a nosso Pai que está nos Céus: *Perdoai-nos as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido...* Se Ele insere esta prece no centro da segunda parte do Pai-Nosso... E se, terminada a oração, insiste na necessidade de perdoarmos aos outros, como condição para sermos perdoados por Deus... Com tudo isso, não só nos mostra como esta obra de misericórdia é fundamental, como parece ter em conta a dificuldade de a praticarmos.

Todos, mais ou menos, sentimos essa dificuldade. E chega mesmo a haver pessoas que, por isso, preferem não pronunciar esta prece para não pedirem a Deus a sua própria condenação. Só que Jesus não abre excepções. Para nosso bem e porque sabe do imensurável poder da oração, a oração da fé: *Em verdade, em verdade vos digo: Tudo o que pedirdes ao Pai em meu nome, Ele vo-lo dará* (Jo 16, 23). Ou ainda: *Tudo o que pedirdes na oração, acreditai que já o recebestes e assim sucederá* (Mc 11, 24).

Já o recebestes, como? Porque é impossível rezar a Deus com fé verdadeira, sem nos unirmos a quem Ele ama, como Pai, *o vosso Pai que está nos Céus* — como lhe chama Jesus a propósito do amor aos inimigos, acrescentando: *pois Ele faz nascer o sol sobre bons e maus e chover sobre justos e injustos* (Mt 5, 45). Queremos ser também nós seus filhos, então, pede-nos ainda Jesus: *amai os vossos inimigos e orai por aqueles que vos perseguem* (5, 44).

Mas acontece, e talvez com frequência, querermos perdoar a quem nos ofende, mas a pessoa ofendida não aceitar o perdão. Rezem por ela, com paciência e persistência, e designadamente quando suplicamos ao Senhor que nos converta ao seu perdão, perdoando as nossas ofensas, incluindo as cometidas contra ela... e confiemos que Deus, a quem tudo é possível, mais cedo ao mais tarde a converterá ao seu e nosso perdão — não nos esquecendo, no entanto, de outras obras de misericórdia.

A MISERICÓRDIA QUE NOS LEVA A CORRIGIR

35 Corrigir os que erram faz parte do perdão. Como Deus nos perdoa para, tanto quanto possível, não voltarmos a pecar, o mesmo devemos procurar nós, em relação a quem nos ofende. Não temos alternativa, se queremos realmente o seu bem. Não é assim que faz qualquer pai ou mãe para com os filhos que ama?

É por isso que Jesus, imediatamente antes de exigir que perdoemos sempre, nos exorta, em **Mt 18, 15–20**, a que cada um de nós corrija o irmão ou irmã na fé que nos ofender. Uma correcção a tentar gradualmente (v. 15–17): primeiro a sós com o pecador, já que o único obectivo é ajudá-lo fraternalmente a voltar para Deus; se a tentativa falhar, levem-se mais uma ou duas pessoas para que, como testemunhas, o confrontem com as suas responsabilidades e ele reconheça o seu pecado; se as não atender, mobilize-se toda a comunidade cristã de que ele é membro; e se até a ela recusar, seja considerado *como um pagão ou um publicano*, isto é, excluído da comunidade, no respeito aliás pela sua própria decisão, mas também na esperança de que o afastamento o ajude a tomar consciência da gravidade do seu erro e da falta que lhe faz o convívio comunitário.

Isto já dá para perceber que a exclusão não pode ser vista como definitiva pela mesma Igreja, que é também detentora do poder salvífico que lhe vem de Deus (o chamado poder das chaves, v. 18) — mas de um Deus que, respeitando sempre a vontade livre do pecador, quer acima de tudo que ele se converta e viva, pela livre aceitação do perdão incondicional que nunca deixa de lhe oferecer. Assim o revelou Jesus Cristo, nomeadamente no convívio com publicanos e pecadores, que Ele justifica com a palavra de Deus (Os 6,6): *Prefiro a misericórdia ao sacrifício*, a que junta: *Porque eu não vim chamar os justos, mas os pecadores* (Mt 9, 13).

Mas, se a exclusão não é definitiva, que nos resta então para que o pecador se converta ao perdão misericordioso de Deus? Resta-nos mais uma vez a oração, com o seu poder ilimitado, assim apresentado por Jesus: *Se dois de vós se unirem na terra para pedirem qualquer coisa,*

ser-lhes-á concedida por meu Pai que está nos Céus. Na verdade, onde estão dois ou três reunidos em meu nome, eu estou no meio deles (Mt 18, 19–20). Jesus está no meio de nós, como o Emanuel, o Deus connosco. E está connosco para nos unirmos no seu amor, o amor cujo poder se manifesta na oração, sobretudo se feita em comum, um poder que não pode deixar de surtir efeito, tanto no pecador, a quem nos mantemos unidos pela oração, como em nós, para que continuemos a usar todos os meios possíveis para que ele reentre pela porta que lhe permanece aberta e regressar à comunhão com Deus e a sua Igreja.

36 Contudo, mais do que percorrer rigidamente estes três passos, interessa que nos apercebamos do que a isso nos move e do que queremos atingir. Cada caso é um caso. E como tal, devemos adaptar-nos a eles, não vamos nós agir em vão ou até obter o contrário do que se pretende.

A este respeito são preciosas as orientações do Beato Bartolomeu dos Mártires, que ele próprio procurou seguir, nomeadamente nas visitas pastorais que tanto prezou e das quais faziam parte, como ele diz, “três actos hierárquicos, que vêm a ser: purificar, iluminar e aperfeiçoar.”³⁸ Aperfeiçoar pelo Crisma; iluminar pela pregação; e purificar sobretudo pela correcção de comportamentos contrários a uma vida cristã.

Segundo ele, a correcção faz parte do cuidado que o bispo (e seus colaboradores), como pastor, deve ter pelos cristãos. Por isso, os prelados que, “com medo de perder as graças dos homens, receiam dizer a verdade (...), não se mostram como pastores, mas mercenários, porque, ao verem o lobo a devorar o rebanho, ficam calados.”³⁹

E como dever, a correcção é também uma responsabilidade. É que “erro não combatido, é erro aprovado”, pelo menos na prática. E “quem deixa alastrar o vício (...), para não contristar o pecador, é tão compassivo como aquele que não retira a faca das mãos de uma

38. Em: *Estímulo de Pastores*, Braga 1981, p. 168.

39. *Ibidem*, p. 285; 286–287; 289; 301.

criança, para a não ver chorar; e não receia ter de lamentar vê-la ferida ou até morta.” E, sendo deste modo “cúmplice do delito que não trata de emendar”, torna-se também “réu”.⁴⁰ Um perigo de que já o profeta Ezequiel foi avisado por Deus: *Se tu não falares ao ímpio para o afastar do seu caminho, o ímpio morrerá por causa da sua iniquidade, mas Eu pedir-te-ei contas da sua morte* (Ez 33, 8).

Para que a repreensão seja eficaz, deve, segundo o Beato Bartolomeu, atender-se, por exemplo, à “diversa condição dos delinquentes”: se pecam por fraqueza ou se ignoram a gravidade da falta ou ainda se nela estão obstinados; se são jovens ou idosos; se poderosos, doutos, desavergonhados, envergonhados, perversos, pusilânicos, astutos ou calejados na maldade. Conforme a condição das pessoas, têm de variar quer a altura e o modo de as abordar quer a intensidade da repreensão e, se for o caso, da pena a impor.⁴¹

Em qualquer dos casos, não se deve dar lugar à ira: “Sempre que a ira se apoderar de vós, dominai-vos, venci-vos, adiai até passar a ira.” E deve distinguir-se entre “amar as pessoas e perseguir os vícios; de contrário, a correcção irá degenerar em crueldade e perder-se-ão os que desejávamos emendar.” E se é o amor misericordioso pelo pecador que nos move, então há que ser paciente e benigno, como é próprio da caridade: “é paciente, quando dissimula, espera e suporta o delinquent; é benigna, quando procura trazê-lo e se esforça por convertê-lo do seu erro.”⁴²

37 São orientações a ter em conta especialmente pelos ministros da Penitência. Recomenda-lhes o Papa Francisco “que sejam um verdadeiro sinal da misericórdia do Pai”, já que participam “da mesma missão de Jesus.”⁴³

40. *Ibidem*, p. 286–287.

41. Cf. *ibidem*, p. 288–291.

42. *Ibidem*, p. 298; 299; 178.

43. Em: *O Rosto da Misericórdia*, n. 17.

Concretizando mais, lembra-lhes “que o confessorário não deve ser uma câmara de tortura, mas um lugar da misericórdia do Senhor, que nos incentiva a praticar o bem possível.”⁴⁴ Não se caia no erro, que tanto mal pode causar ao penitente, de massacrá-lo com “um interrogatório pesado, importuno e indiscreto. Ao contrário, deve ser um encontro libertador e rico de humanidade, através do qual pode educar para a misericórdia que não exclui, antes inclui até o justo compromisso a reparar, na medida do possível, o mal cometido.”⁴⁵ Para isso, não se confunda também um confessor misericordioso com “um confessor de mangas largas” ou “um confessor severo. (...) Nenhum dos dois trata o penitente como irmão, nem o toma pela mão e o acompanha no seu percurso de conversão”, para o ajudar “a caminhar”, como é seu dever.⁴⁶

Só que, continua o Papa, um confessor assim “não se improvisa. Tornamo-nos tal, quando começamos, nós mesmos, por nos fazer penitentes em busca de perdão;”⁴⁷ quando cada um de nós, sacerdotes e bispos, é um “confessor que reza, (...) que chora, (...) que sabe que é mais pecador que o penitente, e se não faz pior, é simplesmente por graça de Deus.”⁴⁸

E, para isso, quanto nos podem ajudar os próprios penitentes! “Quantas vezes nos acontece ouvir confissões que nos edificam! Irmãos e irmãs que vivem uma autêntica comunhão pessoal e eclesial com o Senhor e um amor sincero pelos irmãos”; ou “assistir a verdadeiros milagres de conversão!”⁴⁹

Tudo isso pode ajudar-nos, não só a fazer um sério exame de consciência, como penitentes e confessores, mas também a tornar-nos mais conscientes de “que ninguém é colocado neste ministério por seu mérito,” mas sim “por mera graça de Deus, gratuitamente

44. Em: *A Alegria do Evangelho*, n. 44.

45. *Discurso à Penitenciária Apostólica em: L'Osservatore Romano*, edição semanal em Português, ano XLVI, n. 12 (29.03.2015), p. 13.

46. *Ibidem*.

47. Em: *O Rosto da Misericórdia*, n. 17.

48. No citado *Discurso à Penitenciária Apostólica*.

49. *Ibidem*.

e por amor, aliás, precisamente por misericórdia. Eu fiz isto, isso e aquilo, e agora devo perdoar.” Trata-se de “um olhar sobrenatural, que nos torna humildes, acolhedores e misericordiosos em relação a cada irmão e irmã que pede para se confessar” (...) e nos ajuda a ouvir a sua confissão “de modo sobrenatural”, isto é, “respeitador da dignidade e da história pessoal de cada um, de modo que possa compreender o que Deus quer dele ou dela.”⁵⁰

A MISERICÓRDIA QUE NOS LEVA A HONRAR OS IDOSOS

38 *Honrar pai e mãe* é um dos dez mandamentos do Decálogo que, na origem, faz parte da aliança de Deus com o seu povo e, como tal, lhe garante a existência. O facto de ser o primeiro da segunda parte, sobre o amor ao próximo, mostra a sua especial importância para a família e para a sociedade de que “a família é a célula originária.”⁵¹ É o que a Bíblia nos diz, ao juntar ao dever de *honrar pai e mãe* a promessa: *para que tenhas vida longa e feliz, na terra que o Senhor teu Deus te há-de dar* (Dt 5, 16; cf. Ex 20, 12).

Tanto o mandamento como a sua justificação são explicados em **Ben-Sirá 3, 2-17**, um texto proclamado na festa da Sagrada Família. Assim, ao escrever que *Deus quis honrar os pais nos filhos* (v. 3), diz-nos que a honra é mútua: se os pais devem ser honrados pelos filhos, também é verdade que os filhos são a honra dos pais, talvez a maior.

É pelos filhos que eles adquirem a sua identidade de pais. É para eles que vivem. São eles que lhes dão tantas alegrias. São sobretudo eles que, como herdeiros, lhes garantem uma vida para além da morte. Em suma, é primariamente para os pais que *os filhos são uma bênção do Senhor*.⁵²

50. *Ibidem*.

51. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2207.

52. SI 126/127, 3 e título da Carta Pastoral que escrevi para o ano pastoral 2014-2015.

Mas, pelas mesmas razões, também se pode dizer o inverso: que os pais são uma bênção para os filhos. Por isso estes os honram. E não só por dever de gratidão. Honrar os pais é também fonte de mais vida: a vida dada por Deus que, ao filho *que honra seu pai*, concede o *perdão dos pecados* e o *atende na sua oração* (v. 4); a vida que obterá dos seus próprios filhos, porque *quem honra o pai encontrará alegria nos seus filhos* (v. 6), a alegria de se ver honrado por aqueles que, pelo exemplo, assim educou; uma vida que, por tudo isso, será *longa* (v. 7), tão longa que nem a morte será o seu fim.

O texto bíblico converge para a exortação: *Filho, ampara a velhice do teu pai e não o desgostes durante a vida. Se a sua mente enfraquece, sê indulgente para com ele e não o desprezes, tu que estás no vigor da vida* (v. 14-15). Quer dizer que é na velhice ou noutras situações de debilidade que os pais mais precisam de ser honrados pelos filhos e que infelizmente muitos deles o não fazem ou, pelo menos, são tentados a isso. Se não, para quê a exortação?

39 Que o fenómeno é actual, foi dito recentemente pelo Papa Francisco em duas catequeses sobre os idosos.⁵³ Na primeira começou por observar que, “graças aos progressos da medicina, a vida prolongou-se; mas a sociedade *não se «ampliou» à vida!* O número de idosos multiplicou-se, mas as nossas sociedades não se organizaram suficientemente para lhes deixar espaço, com o justo respeito e a concreta consideração pela sua fragilidade e dignidade.”

A que se deve isto? — A “uma sociedade programada para a eficácia”, a “uma cultura do lucro”, a uma “civilização em que não há espaço para os idosos e onde eles são descartados porque criam problemas,” são vistos como “um peso, um «estorvo».”

E quais os resultados desta maneira de ver e agir? — “Aumentamos nos anciãos a angústia de serem mal tolerados e até abandonados

53. Textos em *L'Osservatore Romano*, edição semanal em Português, ano XLVI, n. 10 e 11 (05 e 12.03.2015), p. 16 em ambos. Os itálicos, nas citações que se seguem, são originais. Nalgumas delas procurei melhorar a tradução.

(...) e não apenas na sua precariedade material. São abandonados na incapacidade egoísta de aceitar os seus limites, nas numerosas dificuldades para sobreviver numa civilização que não lhes permite participar, expressar a sua opinião, ser um ponto de referência segundo o modelo consumista em que «só os jovens podem ser úteis e devem gozar». O Papa não se coíbe de chamar a este desprezo um “pecado mortal”. Mortal não só na nossa relação com Deus, mas também noutras direcções.

É mortal, antes de mais, para com os idosos, vítimas da ingratidão, exploração e violência até de familiares. Mas é mortal também para quem os despreza. É que “os idosos são homens e mulheres, pais e mães que antes de nós percorreram o nosso próprio caminho, estiveram na nossa mesma casa, na nossa luta diária por uma vida digna. São homens e mulheres de quem recebemos muito. O idoso não é um inimigo. O idoso somos nós: dentro de pouco ou muito tempo, de qualquer modo inevitavelmente, mesmo se não pensamos nisso. E se não aprendemos a tratar bem os idosos, seremos também nós tratados assim.”

O desprezo por eles é igualmente mortal para a sociedade que assim os trata. Segundo o Papa, “uma sociedade sem *proximidade*, onde a *gratuidade* e o afecto sem contrapartida — inclusivamente entre desconhecidos — estão a desaparecer, é uma sociedade perversa” e que “traz em si o vírus da morte.”

Pode ser mortal em relação à Igreja: “Uma comunidade cristã em que a proximidade e a gratuidade deixassem de ser consideradas indispensáveis, perderia com elas a sua alma. Onde não existe consideração pelos idosos, não há futuro para os jovens.” Além disso é contrária à tradição da Igreja, em que “existe uma bagagem de sapiência que sempre sustentou uma cultura de proximidade aos anciãos, uma disposição ao acompanhamento carinhoso e solidário na parte final da vida.”

Que devemos então fazer, como cristãos, para acabar com este pecado e “despertar o *sentido comunitário de gratidão*, de apreço e hospitalidade, que levem o idoso a sentir-se parte viva da sua comunidade”?

40 A resposta foi dada pelo Papa na segunda catequese, em que, acerca dos idosos, realçou principalmente “*o valor e a importância do seu papel na família.*”

Começou por afirmar que, ao contrário do que sucede na sociedade e até nas famílias, “o Senhor nunca nos descarta. Ele chama-nos a segui-lo em todas as fases da vida, e também *a velhice recebe uma graça e uma missão*, uma verdadeira *vocação* do Senhor. A velhice é uma vocação. Não é ainda o momento de «abandonar os remos na barca». Nesta idade “não era outrora tão normal ter tempo à disposição; hoje é-o muito mais.” Há que aproveitá-lo, dentro da vocação própria da velhice e daquilo a que o Papa chama “uma espiritualidade das pessoas idosas.”

Nesse sentido, falou primeiramente dos “idosos que se prodigalizam pelo próximo”. Conhecemo-los, designadamente na nossa Diocese: mulheres e homens em idade de reforma, que, com uma generosidade, dedicação e mesmo competência a todos os títulos admiráveis, se entregam, dentro e fora da Igreja, a tarefas muito variadas, com predomínio talvez para as de carácter humanitário. Quantos deles o fazem movidos pela sua fé! Não há dúvida: estão a viver a sua vocação de idosos.

Muitos fazem-no também como avós, no seio familiar mais restrito. Cuidam dos netos, sobretudo quando os filhos estão ocupados em tarefas laborais. E transmitem-lhes aquela sabedoria, designadamente no campo da fé e vida cristã, adquirida pela longa experiência de vida e que tanto bem faz às gerações mais novas, que assim seguem o conselho bíblico: *Não desprezes os ensinamentos dos mais velhos, pois eles os aprenderam dos seus pais, e é deles que adquirirás a doutrina e a arte de responder oportunamente* (Sir 8, 9). Muitos netos não os desprezam. Pelo contrário, estabelecem com os avós uma relação de gratidão e amizade que por vezes nem com os pais têm.

Na mesma perspectiva situa-se o testemunho da fidelidade matrimonial, mencionado pelo Santo Padre a propósito de casais de idosos. “É importante mostrá-lo aos jovens, que se cansam depressa; é importante o testemunho dos idosos na fidelidade.”

O mesmo se pode dizer de muitos sacerdotes mais idosos em relação aos mais novos.

O Papa dá, enfim, um especial relevo à oração feita pelos idosos, baseando-se no exemplo dos velhos Simeão e Ana que acolheram Jesus Menino, ao ser apresentado no templo (cf. Lc 2, 22-38). Simeão, num conhecido hino, louvou a Senhor por finalmente ver a salvação prometida por Deus; Ana *começou também a louvar a Deus e a falar acerca do Menino a todos os que esperavam a libertação de Jerusalém* (v. 38). Daí o convite do Papa aos idosos: “Convertamo-nos também nós um pouco em poetas da oração: cultivemos o gosto de procurar palavras que nos são próprias, voltando a apoderar-nos daquelas que a Palavra de Deus nos ensina.”

E que valor tem esta oração? — Responde o Papa: “*É um grande dom para a Igreja.*” E é “uma grande injeção de sabedoria também para toda a sociedade humana: sobretudo para aquela que vive demasiado atarefada, ocupada, distraída. Alguém tem de inclusivamente cantar por eles, cantar os sinais de Deus, proclamar os sinais de Deus, rezar por eles.”

Desta oração o Papa privilegia dois géneros: “Podemos *dar graças* ao Senhor pelos benefícios recebidos e preencher o vazio da ingrati-dão que o circunda. Podemos *interceder* pelas expectativas das novas gerações e conferir dignidade à memória e aos sacrifícios das gerações passadas. Podemos recordar aos jovens ambiciosos que uma existência sem amor é uma vida árida. Podemos dizer aos jovens medrosos que a angústia do futuro se pode vencer. Podemos ensinar aos jovens demasiado apaixonados por si mesmos que há mais alegria em dar do que em receber.” Daí a conclusão do Papa: “Os avós e as avós formam o «coro» permanente de um grande santuário espiritual, onde a oração de súplica e o canto de louvor sustentam a comunidade que trabalha e luta no campo da vida.”

Finalmente o Santo Padre realça o bem que a oração faz aos próprios idosos: “*Purifica incessantemente o coração.* O louvor e a súplica a Deus previnem o endurecimento do coração no ressentimento e no egoísmo. Como é desagradável o cinismo de um idoso que perdeu

o sentido do seu testemunho, despreza os jovens e não comunica uma sabedoria de vida! Ao contrário, como é belo o encorajamento que o idoso consegue transmitir ao jovem em busca de sentido de vida! Esta é verdadeiramente a missão dos avós, a vocação dos idosos. A palavra dos avós tem algo de especial para os jovens. E eles sabem-no.”

Daí que o Papa termine com este voto: “Como gostaria de uma Igreja que desafie a cultura do descartável com a alegria transbordante de um novo abraço entre jovens e idosos!” Cabe-nos, como cristãos, tudo fazer por isso, designadamente com uma outra obra de misericórdia especialmente necessária para os idosos mais debilitados:

A MISERICÓRDIA QUE NOS LEVA A APROXIMAR-NOS DOS DOENTES

41 Em resposta à pergunta de um escriba sobre *quem é o meu próximo*, Jesus conta — em **Lc 10, 30-37** — uma parábola em que facilmente somos conquistados por duas das personagens que nela intervêm.

A primeira é a do homem que, na descida de Jerusalém para Jericó, caiu nas mãos de salteadores que lhe *roubaram tudo o que levava e o espancaram* de tal modo que ficou *meio-morto* (v. 30). Mesmo que, como tudo indica, fosse um judeu, para nós um estrangeiro, dificilmente ficamos insensíveis. Veja-se como reagimos quando, até pela comunicação social, nos deparamos com casos semelhantes. Não haverá viva alma que apareça e socorra aquele desgraçado, antes de vir mesmo a falecer?!

Por isso é com alívio que vemos chegar o primeiro... e, para mais, um sacerdote que, pela sua especial relação com Deus, tem necessariamente de fazer alguma coisa pelo ferido. Mas não: *viu-o e passou adiante* (v. 31). Incrível! Um escândalo!... Talvez o segundo, um levita, também ele ligado ao templo. Só que faz exactamente o mesmo: *viu-o e passou adiante* (v. 32). Mas será que os dois se não apercebem de que assim estão a matar o homem?!

Chega entretanto um terceiro (v. 33). E aos três de certeza que é de vez... Mas a esperança logo se desvanece, ao sabermos de quem se trata: é um *samaritano*, um inimigo fígadal dos judeus. Se alguma coisa se pode esperar dele é que dê ao ferido o último golpe.

Por isso é ainda maior a surpresa, a agradável surpresa, quando o vemos a encher-se de *compaixão*, e que *compaixão* (v. 34-35): *Aproximou-se, ligou-lhe as feridas deitando azeite e vinho*. E depois de assim o aliviar e desinfetar, *colocou-o sobre a sua própria montada, levou-o para uma estalagem e cuidou dele*. Mais: *No dia seguinte, tirou duas moedas* (o ganho de dois dias de trabalho de um jornaleiro), *deu-as ao estalajadeiro e disse: «Trata bem dele; e o que gastares a mais eu to pagarei quando voltar»*.

Ou seja, se antes era a miséria do ferido a tocar-nos no coração, agora ficamos rendidos à *compaixão* do samaritano, para lá de todas as convenções e limites. Mas ainda bem que o admiramos. Isso pode ajudar-nos para já a compreender a pergunta conclusiva de Jesus (v. 36): *Qual destes três te parece ter sido o próximo daquele homem que caiu nas mãos dos salteadores?* Resposta, óbvia, do doutor da lei e nossa: *O que teve compaixão dele*.

42 Mais do que a resposta, chama-nos a atenção a inversão que Jesus faz no conceito de próximo: não é (apenas) quem está perto e precisa de mim; é sim aquele que me desinstala e de quem me aproximo. Afecta-me tanto o seu sofrimento, a sua “paixão”, que se torna o meu sofrimento, a minha paixão, por ele e com ele, uma *com-paixão*. Por isso me aproximo... de alguém que, afinal, já tinha entrado em mim, se tornou parte do meu ser... E por isso lhe faço o que desejaria me fosse feito a mim. Nada mais humano, para seres por natureza sociais como somos todos nós!

Resta-nos realizar aquilo a que Jesus, a concluir, nos desafia: *Então vai e faz o mesmo* (v. 35). Fazer! *Compaixão* que não passe de um sentimento ou lamentação e não nos leve à acção, nos aproxime realmente de quem sofre, não é *compaixão*. Não vai além do que fizeram o sacerdote e o levita: passar ao lado.

Mas também o inverso é verdade: acção que não seja movida pela paixão, nos saia do coração, seja portadora de amor, ternura, carinho, e nos leve a dar-nos sem reservas, como faz o samaritano, uma acção sem tudo isso esquece que o ser humano é mais do que corpo e, em vez de fazer bem, pode até agravar-lhe o sofrimento.

43 Assim, e mais concretamente, é a *compaixão* que realmente nos aproxima dos doentes, quando, sendo familiares nossos, os não abandonamos ou entregamos a instituições que os acolham, e elas que se arranjam; não, em vez disso, conservamo-los em casa, para deles cuidarmos com uma dedicação e um carinho, por vezes desgastante, pelo tempo e esforço que exigem. Tenho sido testemunha disso, nomeadamente em visitas pastorais: testemunha até de casos em que esses familiares optam por renunciar, no todo ou em parte, à sua vida profissional, para estar com os seus, e que, perante a minha admiração, respondem: não faço mais que o meu dever. São carne da sua carne. E se, por motivos razoáveis, os têm de confiar a outras pessoas ou instituições, não deixam de estar com eles, designadamente visitando-os com a maior assiduidade possível. Aqui há realmente *compaixão*.

Como é igualmente a *compaixão* que nos leva a aproximar-nos dos doentes, quando, mesmo não sendo familiares nossos, os visitamos, a sós ou em grupos. Sei, por exemplo, de muitos sacerdotes que o fazem regularmente e sempre que os doentes mais precisam. Como também sei de movimentos, como os da Legião de Maria e da Mensagem de Fátima, que assumem isso como obrigação. E de grupos de jovens e adolescentes que o fazem uma ou mais vezes ao ano. E ainda de crianças que, no âmbito da catequese sobre a Unção dos Enfermos, seguem a proposta do catecismo: visitar um ou mais doentes e, se possível, participar na celebração em que lhes é administrado este sacramento e, depois, manter com o doente uma relação de proximidade. Por tudo isso e muito mais, só temos de dar graças a Deus, tão rico em misericórdia. E desejar que mais paróquias, nomeadamente neste

Ano da Misericórdia e com a ajuda do Secretariado Diocesano para a Pastoral da Saúde, despertem para esta sensibilidade, constitutiva da igreja, e para um serviço organizado aos enfermos.

É também a compaixão que nos leva aproximar-nos deles, quando, como ministros ordinários ou extraordinários da comunhão e como representantes das comunidades cristãs a que eles pertencem, lhes levamos o Senhor que por nós se oferece na Eucaristia, em cuja celebração esses doentes estão impedidos de participar. Procuremos levar-lhes o mesmo Senhor de um outro modo: presente e vivo na comunhão de amor com que nos relacionamos com eles e, tantas vezes, nos leva a procurá-los noutras ocasiões. Fazemo-lo primariamente pelo bem que lhes queremos. Mas a verdade é que também nós nos sentimos profundamente recompensados, felizes. É mais um sinal de que a compaixão, afinal, faz parte também da nossa simples natureza humana. Desumano é não ser compassivo.

É ainda a compaixão que nos aproxima dos doentes, quando, no contacto com eles, os respeitamos nas suas convicções religiosas e nos estados emocionais em que se encontram e que variam de doente para doente e, tantas vezes, ao longo da mesma doença. Atendamos especialmente à situação em que, incrédulos e revoltados, se interrogam sobre razões da doença: porquê eu? Porque será que Deus me havia de fazer isto? Tenhamos cuidado nas respostas. Não lhes falemos de modo algum em castigo ou provação de Deus e nem sequer associemos o seu sofrimento, pelo menos nessa fase, à cruz de Cristo, pois no sofrimento de Cristo o que conta é o seu amor. É que, com os «porquês» o doente exprime apenas “inquietação existencial e espiritual frente ao absurdo (...) do sofrimento.” Por isso, não lhe interessa uma “explicação causal,” mas sim “ter alguém em quem depositar os seus sentimentos, emoções, contradições, zangas, raivas dentro de um contexto compreensivo a fim de se reencontrar consigo mesmo e de reencontrar dentro de si os recursos necessários para integrar o

sofrimento, aceitar a fragilidade e vulnerabilidade e abrir-se a Deus e aos outros.”⁵⁴ Precisa que o escutemos e precisa, já deste modo, de sentir que o amamos, e, connosco, o próprio Deus. Não é afinal o seu amor misericordioso que nos move?

É também a sua compaixão que nos aproxima dos doentes, quando rezamos com eles e por eles. Uma oração que não lhes seja, de modo algum, imposta e que se adapte, também ela, ao seu estado emocional. A Bíblia oferece-nos, sobretudo no Saltério, orações para todas as circunstâncias: para lançarmos ao Senhor a revolta, a raiva ou as dúvidas que sintamos; para lhe implorarmos que nos socorra e a Ele nos confiarmos, sabendo que d’Ele recebemos o que for melhor para nós; para lhe agradecermos e o louvarmos pelo alívio que sentimos, pelo menos ao descobrirmos quanto bem o sofrimento nos pode fazer. Que a oração no sofrimento pode ser uma ajuda preciosa e salutar, mostra-o o próprio Cristo, a caminho da cruz. Que o doente sinta essa presença de Cristo também através de nós, quando nos associamos a ele pela oração, se possível em comum.

É, enfim, a compaixão do Senhor que nos aproxima dos doentes, quando com eles celebramos o sacramento da Unção dos Enfermos, mas inserido em todo este contexto: quanto possível, numa fase da doença em que o doente participe consciente e activamente; quando, depois de informado sobre o seu significado e a sua finalidade e devidamente preparado, até pelo sacramento da Penitência, manifesta que o deseja receber; contando com a participação de familiares, amigos e até de outras pessoas da comunidade cristã de que é membro; se possível, dentro da celebração comunitária e dominical da Eucaristia ou pelo menos de modo a que o doente tenha a possibilidade de receber o Senhor no Santíssimo Sacramento. Só assim a Unção dos Enfermos deixará de ser olhada com pavor, como um sinal do fim da vida, mas será realmente acolhida, pela vida que transmite, uma *vida em abundância*, como nos promete o Senhor (Jo 10, 10).

54. Fernando Sampaio, o. c., p. 146.147.

MISERICÓRDIA: O CAMINHO QUE NOS ABRE À ESPERANÇA DE SERMOS AMADOS PARA SEMPRE

44 A afirmação em título justifica-se, segundo o Papa Francisco, porque a misericórdia é “o caminho que une Deus e o homem.”⁵⁵ O que esperamos é a etapa definitiva desta união, aquela em que gozaremos da felicidade prometida por Jesus: *Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia* (Mt 5, 7); ou, por outras palavras, a etapa em que herdaremos *a vida eterna* acessível a quem, amando a Deus e ao próximo, põe em prática a compaixão do bom samaritano (Lc 10, 25); ou, ainda, a etapa em que Deus definitivamente nos perdoará os nossos pecados, por nos termos perdoado uns aos outros (Lc 6, 37).

Esta etapa começa com o julgamento a que seremos sujeitos, após a morte. Então, diz-nos S. Paulo, *todos nós deveremos comparecer perante o tribunal de Cristo, para que receba cada qual o que tiver merecido, enquanto esteve no seu corpo, quer o bem, quer o mal* (2 Cor 5, 10). E segundo S. Tiago, *o juízo será sem misericórdia para quem não usou de misericórdia. Mas a misericórdia triunfará sobre o juízo* (Tgo 2, 13) — somente a misericórdia triunfará, aquela que tivermos praticado.

55. Em: *O Rosto da Misericórdia*, n. 2.

A MISERICÓRDIA QUE NOS HÁ-DE JULGAR

45 Tratando-se, pois, de uma questão de vida ou de morte, ambas irremediáveis, nunca será demasiada a importância que lhe dermos. Não tanto para termos medo. O importante é que tomemos consciência da responsabilidade de cumprirmos ou não a *lei da liberdade*, vinda de Deus e segundo a qual Ele nos julgará (Tgo 2, 12) — uma lei com a qual o nosso Deus, que tanto nos ama, apenas nos quer fazer felizes. Se há, portanto, alguma coisa a temer, é a perda, por culpa nossa, desse amor e da consequente felicidade, que, de resto, já sentimos neste mundo, sempre que amamos e somos amados. Na vida eterna, apenas se consumará até ao infinito.

Para que isso de facto aconteça, atendamos ao que Jesus nos diz em **Mt 25, 31-46**, onde Ele nos aparece como *Filho do homem* a vir na sua glória, para julgar os homens e as mulheres de *todas as nações*, bons e maus (v. 31.32). Os maus *irão para o suplício eterno e os justos para a vida eterna* (v. 46).

Mais do que esta sentença, interessam as razões em que se baseia: as obras de misericórdia que tivermos ou não praticado. Por isso são nomeadas quatro vezes, duas pelo Juiz e as restantes pelos que são julgados. Mas há um outro motivo para a repetição: o modo como essas obras de misericórdia são apresentadas e a surpresa que isso causa, possivelmente também a nós.

Assim, se Cristo chama aos justos *benditos de meu Pai* e lhes oferece o Reino celeste, é *porque* — diz Ele — *tive fome e destes-me de comer; tive sede e destes-me de beber; era peregrino e me recolhastes; não tinha roupa e me vestistes; estive doente e viestes visitar-me; estava na prisão e fostes ver-me* (v. 34-36). O mesmo diz aos maus, mas pela negativa. E por não terem praticado as mesmas obras, *irão para o suplício eterno* (v. 42-43.46).

Uns e outros ficam surpreendidos. Não tanto com a sentença, nem muito menos com as obras de misericórdia referidas. Às seis corporais a tradição cristã juntou entretanto uma sétima — enterrar os mortos — e sete espirituais — dar bom conselho, ensinar os ignorantes,

corrigir os que erram, consolar os tristes, perdoar as injúrias, sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo e rogar a Deus pelos vivos e defuntos — todas de inspiração bíblica. Mas até as catorze só são exaustivas pelo facto de sete ser um número perfeito e, como tal, indicativo da totalidade. Seremos, portanto, julgados por todas as situações de miséria a que o nosso coração se abrir ou fechar.

Que a nossa felicidade, mesmo eterna, depende disso, todos nós, mais ou menos, o pressentimos. Quem se não sente feliz pelo bem que faz?! Feliz por assim alargar sua vida à de outros! Por exemplo, dos pais aos filhos e netos, e de uns e outros aos amigos, numa cadeia infundável. E mesmo que o bem feito não seja reconhecido, fica-nos pelo menos a sensação de dever cumprido. A misericórdia parte desta necessidade existencial de vivermos mais e mais, uma vida que só em Deus pode ser plena, porque liberta do pecado e de outras limitações. Por isso é que a vida não partilhada é uma vida falhada, desumana, um inferno que a morte consuma. E com isso ninguém se deve surpreender.

A surpresa surge quando Cristo nos diz ter sido Ele próprio a passar fome e sede, a estar privado de roupa e habitação, de saúde e liberdade. Como assim, sendo Ele Rei glorioso?! *Em verdade vos digo*, responde-nos Ele: *Quantas vezes o fizestes (ou deixastes de fazer) a um dos meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes (ou deixastes de fazer)* (v. 40.45).

São *irmãos* seus, porque foi a eles que mais se uniu e se deu, durante o seu anúncio do reino de Deus. São *pequeninos*, porque privados dos meios mais elementares para crescerem, terem uma vida digna, por não usufruírem do amor misericordioso de que tanto necessitam, o amor que obtiveram de Jesus.

Amou-os tão intensamente que se tornaram parte do seu ser. E isto muito mais depois de, na morte, por eles e por todos ter dado a vida e, pela ressurreição, ter sido constituído Rei e Juiz universal. É nessas condições que nos há-de julgar, pela misericórdia que com Ele usarmos na pessoa dos seus *irmãos mais pequeninos* — a misericórdia que assim nos fará felizes para sempre... ou não.

A MISERICÓRDIA QUE É INDULGENTE PARA CONNOSCO

46 Quando o Papa Francisco apresenta a misericórdia como o caminho que “nos abre à esperança de sermos amados para sempre”, acrescenta: “apesar da limitação do nosso pecado.”⁵⁶ Quer dizer que o pecado é limitativo. Não da esperança, senão esta deixaria de o ser; mas daquilo que esperamos: a felicidade de sermos amados. Em que sentido?

O perdão dos pecados, se aceite, elimina a culpa, mas não a pena do pecado, isto é, os seus efeitos negativos. Estes, não só perduram, como podem até ser irreparáveis, pelo menos na sua totalidade. São contradições que, segundo o Papa, “carregamos na nossa vida.”⁵⁷ Veja-se, por exemplo, um homicida: por mais que se arrependa, jamais conseguirá que a vítima volte a viver. Quantas mulheres carregam, toda a sua vida, com os remorsos de terem cometido um aborto! E as vítimas directas ou indirectas de roubos, corrupção, tráfico de pessoas, armas, estupefacientes — será possível compensá-las a todas e por todo o mal que sofreram? Dificilmente os culpados, se arrependidos, deixarão de, pelo menos, sentir pena pelo sofrimento que causaram.

Mas será tudo isso apenas negativo? Pelo contrário: “O cristão deve esforçar-se por aceitar, como uma graça, estas penas temporais do pecado, suportando pacientemente os sofrimentos e as provações de toda a espécie e, chegada a hora, enfrentando serenamente a morte; deve aplicar-se, através das obras de misericórdia e de caridade, bem como pela oração e pelas diferentes práticas de penitência, a despojar-se plenamente do *homem velho* e a revestir-se do *homem novo*.”⁵⁸ Tal como o pecado tem efeitos destrutivos, também este novo modo de viver pode ser tão salutar, para os outros e para próprio, que este, ainda em vida, fique purificado de todas as penas temporais e da inclinação para o pecado.

56. Em: *O Rosto da Misericórdia*, n. 2.

57. Idem, *ibidem*, n. 22.

58. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1473, com uma citação de Ef 4, 24.

Se não, sê-lo-á quando, na hora da morte, se encontrar com Cristo. Diz o Papa Bento XVI: “É o encontro com Ele que, queimando-nos, nos transforma e liberta, para nos tornarmos verdadeiramente nós mesmos.” (...) “O seu olhar, o toque do seu coração cura-nos através de uma transformação *como pelo fogo*. Contudo, é uma dor feliz, em que o poder santo do seu amor nos penetra como chama, permitindo-nos no final sermos totalmente nós mesmos e, por isso, totalmente de Deus.”⁵⁹

47 Mas a Igreja, como esposa de Cristo e transmissora da sua salvação, proporciona ao pecador perdoado ainda um outro meio para, em vida, ser libertado “de qualquer resíduo das consequências do pecado”: o da misericórdia de Deus que se torna “*indulgência* do Pai.”⁶⁰

Para isso, a Igreja recorre à comunhão que nos une a Cristo e, nele, a todos os santos. Recorre, mais concretamente, ao tesouro inesgotável do amor de Cristo, que deu a vida para a todos libertar do pecado; um tesouro de que fazem parte também as orações e boas obras de inumeráveis homens e mulheres que, ao longo da história, o seguiram, tantos deles igualmente a custo da própria vida. “A sua santidade vem em ajuda da nossa fragilidade, e assim a Mãe-Igreja, com a sua oração e a sua vida, é capaz de acudir à fraqueza de uns com a santidade de outros.”⁶¹

Para que esta indulgência seja plenária, isto é, nos purifique de toda a pena temporal, tem, obviamente, de ser recebida em plena comunhão com Deus: uma comunhão restabelecida ou reforçada pela graça do seu perdão, recebida no sacramento da Penitência; uma comunhão fortalecida pelo alimento vivificante do Corpo de Cristo, por Ele oferecido na Eucaristia; uma comunhão com toda a Igreja, através da oração pelo Santo Padre que a dirige e a mantém unida; uma comunhão, enfim, que nos leve a esforçar-nos por evitar o pecado que

59. Em: *Salvos na Esperança*, n. 47, com uma alusão a 1 Cor 3, 12-15 e como interpretação do Purgatório.

60. Papa Francisco, *O Rosto da Misericórdia*, n. 22. O itálico é original.

61. Idem, *ibidem*.

a destrói e a dar-mo-nos ainda mais aos outros, através sobretudo das obras de misericórdia — uma comunhão que, certamente e graças a Deus, nos fará muito mais felizes.

Desta indulgência podem beneficiar também os nossos irmãos na fé, incluindo os já falecidos, se por eles a oferecermos. De que modo, diz-nos o Papa Bento XVI: “Ninguém vive só. Ninguém peca sozinho. Ninguém se salva sozinho. Continuamente entra na minha existência a vida dos outros: naquilo que penso, digo, faço e realizo. E, vice-versa, a minha vida entra na dos outros: tanto para o mal como para o bem. Deste modo a minha intercessão pelo outro não é de forma alguma uma coisa que lhe é estranha, uma coisa exterior, nem mesmo após a morte. Na trama do ser, o meu agradecimento a ele, a minha oração por ele pode significar uma pequena etapa da sua purificação. E, para isso, não é preciso converter o tempo terreno no tempo de Deus: na comunhão das almas fica superado o simples tempo terreno. Nunca é tarde demais para tocar o coração do outro, nem jamais é inútil.” Mais: “Como cristãos, não basta perguntarmo-nos: como posso salvar-me a mim mesmo? Deveremos antes perguntar-nos: o que posso fazer a fim de que os outros sejam salvos e nasça também para eles a estrela da esperança? Então terei feito também o máximo pela minha salvação pessoal.”⁶² E saberei que vale a pena rezar pelos vivos e defuntos, como nos diz a última das catorze obras de misericórdia.

Durante o Ano Santo que se aproxima, é oferecida, a todos, a graça de beneficiarmos desta indulgência, em nosso proveito ou de outros.



62. Em: *Salvos na Esperança*, n. 48.

A PORTA DA MISERICÓRDIA

48 O Ano Santo iniciar-se-á na Solenidade da Imaculada Conceição da Virgem Santa Maria, com o Santo Padre a abrir, na Basílica de S. Pedro em Roma, a chamada *porta aurea* (= dourada), também conhecida por porta santa. Seguir-se-á, no Domingo seguinte, o terceiro do Advento, a abertura de portas idênticas nas restantes basílicas papais, em Roma, e nas catedrais (ou outras igrejas de especial significado) das dioceses do mundo inteiro.

A esta porta, devido à temática deste Ano Santo, o Papa chama também a “*Porta da Misericórdia*, onde — diz Ele — qualquer pessoa poderá experimentar o amor de Deus que consola, perdoa e dá vida.”⁶³ E experimenta-o particularmente através de Cristo, que diz de si mesmo: *Eu sou a porta. Quem entrar por mim será salvo: é como a ovelha que entra e sai do aprisco e encontra pastagem. O ladrão não vem senão para roubar, matar e destruir. Eu vim para que as minhas ovelhas tenham vida e a tenham em abundância* (Jo 10, 9-10).

63. Em: *O Rosto da Misericórdia*, n. 3. O itálico é original.

Ladrão é todo aquele que nos desvia e priva de Deus, nos rouba e destrói a vida que só d’Ele podemos receber. Cristo, ao contrário, libertando-nos do pecado e abrindo-nos o acesso ao Pai, dá-nos uma vida cuja abundância ultrapassa todos os limites: os da presente vida mortal, pela ressurreição por Ele prometida — *Eu sou o pão vivo que desceu do Céu. Quem comer deste pão viverá eternamente. E o pão que eu hei-de dar é a minha carne que eu darei pela vida do mundo* (Jo 6, 51); e os limites da nossa vida individual, pela abertura aos outros — *Aquele que beber da água que eu lhe der nunca mais terá sede: a água que eu lhe der tornar-se-á nele uma nascente que jorra para a vida eterna* (4, 14).

Peçamos-lhe como os ouvintes de então: *Senhor, dá-nos sempre desse pão* (6, 34). Ou como a mulher samaritana: *Senhor, dá-me dessa água, para que eu não sinta mais sede* (4, 15) — a água que, depois de a saciar, dela jorrou para os outros seus conterrâneos. Saciemos a nossa fome e sede com o mesmo pão e a mesma água, ao passarmos pela Porta Santa. Então, diz-nos o Santo Padre, “deixar-nos-emos abraçar pela misericórdia do Pai e comprometer-nos-emos a ser misericordiosos com os outros, como o Pai o é connosco.”⁶⁴

49 Para isso o Papa convida-nos também à “*Peregrinação*” que é, no seu dizer, um outro “sinal peculiar do Ano Santo, enquanto ícone do caminho que cada pessoa realiza na sua existência. A vida é uma peregrinação e o seu humano é *viator* (= viandante), um peregrino que percorre uma estrada até à meta desejada. Também para chegar à Porta Santa, tanto em Roma como em cada um dos outros lugares, cada pessoa deverá fazer, segundo as próprias forças, uma peregrinação. Esta será sinal de que a própria misericórdia é uma meta a alcançar que exige empenho e sacrifício. Por isso a peregrinação há-de servir de estímulo à conversão.”⁶⁵

Aliás, o próprio Jesus nos exorta a isso, servindo-se das mesmas imagens: *Entrai pela porta estreita, porque larga é a porta e espaçoso o*

caminho que leva à perdição e muitos são os que seguem por eles. Como é estreita a porta e apertado o caminho que conduz à vida e como são poucos aqueles que os encontram! É que, acrescenta Ele, *nem todo aquele que me diz «Senhor, Senhor» entrará no reino dos Céus, mas só aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos Céus* (Mt 7, 13-14.21).

Mas Ele, Jesus Cristo, também nos diz: *Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vai ao Pai senão por mim* (Jo 14, 6). Deixemo-nos então converter e conduzir pelo seu amor misericordioso, não só na peregrinação a caminho da Porta Santa, mas também na peregrinação que, simultaneamente, somos convidados a fazer na nossa própria vida.

Como etapas desta peregrinação, o Papa sugere-nos as que Jesus propõe logo a seguir à exortação a sermos misericordiosos: *Não julgueis e não sereis julgados. Não condeneis e não sereis condenados. Perdoai e sereis perdoados. Dai e dar-se-vos-á: deitar-vos-ão no regaço uma boa medida, calcada, sacudida, a transbordar. A medida que usardes para com os outros será usada também convosco* (L 6, 37-38).⁶⁶

Podemos também (re)tomar as quatro partes da reflexão que temos vindo a fazer sobre a misericórdia de Deus: a misericórdia que faz parte da sua natureza divina, se manifestou especialmente na morte e ressurreição do seu Filho e nos cura pelos sacramentos da Penitência e da Unção dos Enfermos; e a misericórdia a pormos em prática, particularmente para com os que precisam do amor que se manifesta no perdão mútuo e na compaixão com mais frágeis, a mesma misericórdia em que se fundamenta a esperança de sermos amados para sempre.

O importante é que a peregrinação não termine no lugar do encontro com o Senhor. A Porta Santa por onde entramos tem de ser a mesma por onde saímos: a porta da misericórdia recebida, sobretudo dentro, e partilhada, principalmente fora.

64. *Ibidem*, n. 14.

65. *Ibidem*. O itálico é original.

66. Cf. *Ibidem*, com duas etapas: uma negativa (*não julgueis e não condeneis*) e outra positiva (*perdoai e dai*).

50 Deixemo-nos acompanhar por Maria, a Mãe do Senhor e por isso também “Mãe de Misericórdia”. Que ela nos proteja “neste vale de lágrimas” — das lágrimas que podem ser de dor e de arrependimento, quando o nosso coração é tocado pela miséria do desterro em que nós e tantos outros ainda peregrinamos; mas que, já neste mundo, se podem transformar em lágrimas de alegria, se saborearmos a felicidade do perdão, da consolação, da vida recebida de Deus e transmitida aos outros.

Para isso e seguindo a sugestão do Santo Padre, dirijamos à Mãe de Misericórdia “a oração, tão antiga e sempre nova, a da *Salve-Rainha*, pedindo-lhe que nunca se canse de volver para nós os seus olhos misericordiosos e nos faça dignos de contemplar o rosto da misericórdia, seu Filho Jesus”:⁶⁷

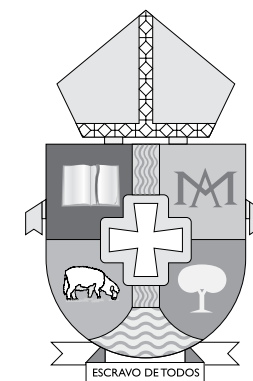
*Salve, Rainha, Mãe de Misericórdia,
vida, doçura e esperança nossa, salve.
A vós bradamos, os degredados filhos de Eva,
a vós suspiramos, gemendo e chorando neste vale de lágrimas.
Eia, pois, advogada nossa,
esses vossos olhos misericordiosos a nós volvei.
E depois deste desterro,
nos mostrai Jesus, bendito fruto do vosso ventre.
Ó clemente, ó piedosa, ó doce Virgem Maria.*

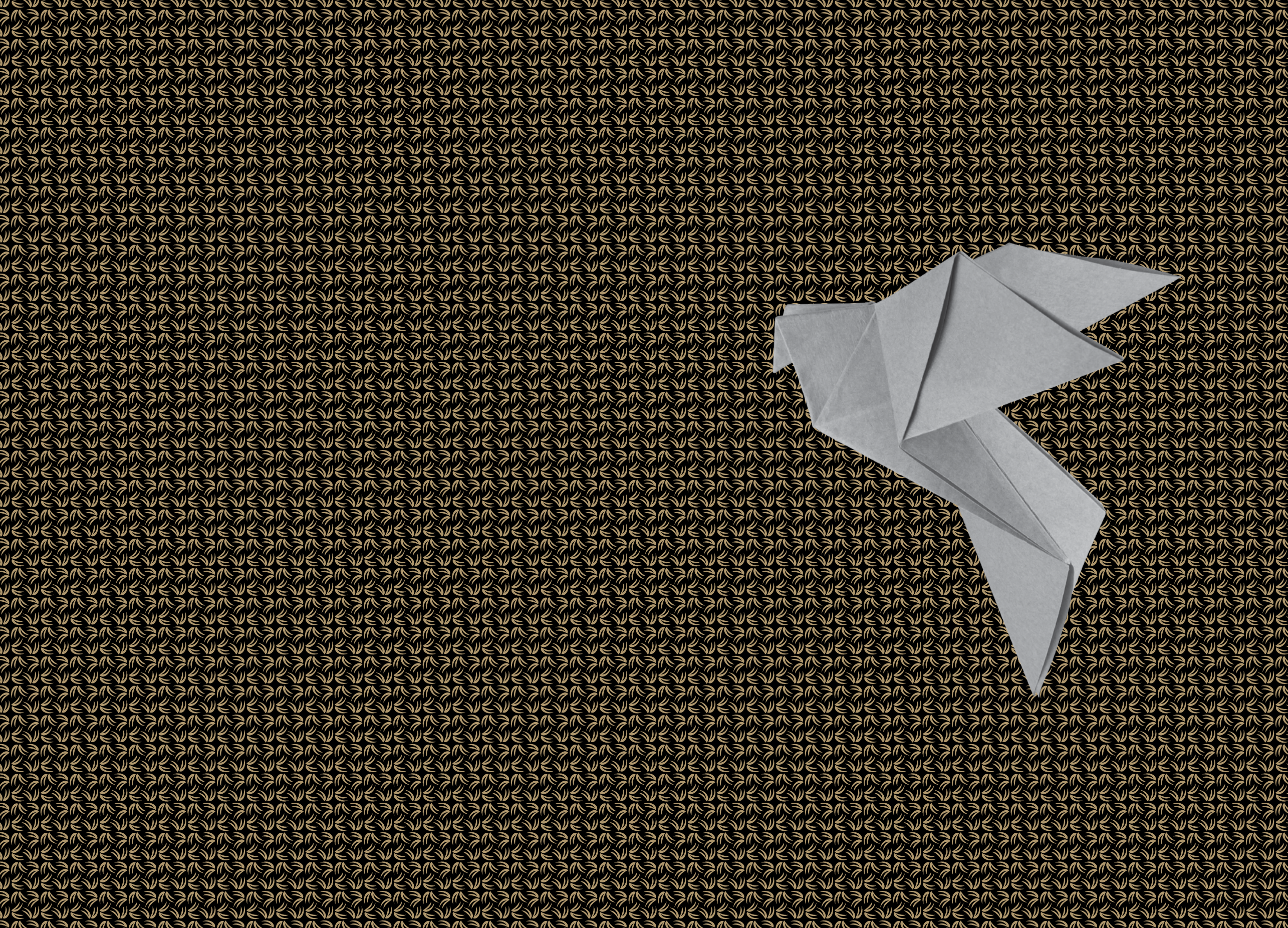
67. *Ibidem*, n. 24. O itálico é original.

*Que o Senhor, por intercessão de S. Maria Maior,
de S. Teotónio e do Beato Bartolomeu dos Mártires,
a todos abençoe com a sua infinita misericórdia!*

*Viana do Castelo, 15 de Agosto de 2015
Solenidade da Assunção da Virgem Santa Maria
e quinto aniversário da minha entrada na Diocese.*

† Anacleto Oliveira







500
ANOS 1514/2014
NASCIMENTO
BEATO BARTOLOMEU
DOS MÁRTIRES



Diocese
Viana do Castelo